

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 231/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.871/72, de 29 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Marina Cunha Martins, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) sobre os seus vencimentos a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 232/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 961/72, de 24 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Aristete Silva Berger, ocupante do cargo de Advogado, nível PL—30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de fevereiro de 1971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 233/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.665/72, de 21 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Gaudência Gil Teixeira, ocupante do cargo de nível "PL—23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 07 de junho de 1970, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 234/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.982/72, de 04 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ayrton Alves Aranha, ocupante do cargo de nível "PL—25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao no. de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 235/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 720/72, de 10 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do parágrafo único, do Art. 76, da Constituição Estadual, em favor de Leonildo Marchioro, ocupante do cargo de nível "PL—20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de onze (11) dias, compreendido entre 10 de fevereiro de 1.964 e 21 de fevereiro de 1.964, em que prestou serviços à Secretaria desta Assembleia, na qualidade de contratado; e,

II — conceder, de acordo com o parágrafo único, do Art. 70, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 10 de abril de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 236/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.763/72, de 24 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 70, inciso II, da Constituição Estadual, a Aleli dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL—23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 04 de março de 1.972, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 237/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.972/72, de 04 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de May Fair Perini, ocupante do cargo de nível "PL—19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 238/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.095/72, de 06 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de José Suplicy de Lacerda, ocupante do cargo de nível PL—28, da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que em direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 04 de maio de 1967 e 04 de novembro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 239/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.123/72, de 06 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a Bertoldo Schwarzbach, ocupante do cargo de nível "PL—22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de janeiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 240/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.962/72, de 04 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Moyses Abdala Magalhães, ocupante do cargo de nível "PL—23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 08 de fevereiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 241/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 364/72, de 20 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de João Cruz, ocupante do cargo de nível "PL—16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 242/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1709/72, de 22 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 518/68, de 11 de novembro de 1968, para declarar que o tempo de seis (06) anos, seis (06) meses e cinco (05) dias, contado para todos os efeitos legais, em favor de Mussa José Assis, ocupante do cargo isolado, do provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, se refere ao período compreendido entre 30 de janeiro de 1962 e 05 de agosto de 1968, e não como consta naquele ato;

II — conceder ao funcionário acima citado, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), a partir de 30 de janeiro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielse Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 243/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.760/72, de 23 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo do serviço público de José Claudio Luz, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio de serviço público, compreendido entre 19 de junho de 1963 e 09 de dezembro de 1966, antecipando em razão da incorporação do tempo de um (01) ano, correspondente ao primeiro decênio e da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1954, 1957, 1958 e cinco (05) dias de 1963;

II — conceder, com fundamento no Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 09 de fevereiro de 1971, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, antecipada em razão da incorporação de que trata o item I.º, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 244/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2317/72, de 12 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Iracilda Silva Sertorio, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas a 1971, e quinze (15) dias de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de maio de 1.972.

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 48.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 17 de Maio de 1972

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Rosário Pitelli.

As 14,03 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Igo Losso, David Federmann, Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues Júnior (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 31/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 32/69, de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, que autoriza as Cooperativas legalizadas, produzir e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território Nacional, para posterior distribuição aos respectivos cooperados. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, às 14,00 horas, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 32/72.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 49.ª Sessão Ordinária

Realizada em 17 de Maio de 1972

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Ar-

mando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Igo Losso, David Federmann, Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues Júnior (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada, para verificação de quorum.

(É feita chamada)

O SR. PRESIDENTE — responderam à chamada 32 Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM

8/72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 9 de dezembro de 1971, entre o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e o Município de Curitiba, objetivando ação conjunta na solução de problemas relacionados com o trânsito, de conformidade com o disposto no art. 37, de Regulamento Nacional de Trânsito.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Convênio que entre si fazem, de um lado, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), pessoa jurídica de direito público autônoma, segundo os termos do artigo 1.º da lei estadual n.º 6.110, de 8 de junho de 1970, representado pelo seu Diretor José Marcos Loureiro Prado, brasileiro, solteiro, arquiteto, residente e domiciliado em Curitiba, e, de outro lado, o Município de Curitiba, representado pelo seu Prefeito Jaime Lerner, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado em Curitiba, nos termos e condições assim expressos:

CLAUSULA PRIMEIRA

O presente convênio, a que se obrigam as partes que o subscrevem, tem por objeto harmonizar as ações dos órgãos e entidades do Município e do Estado, de acordo com o artigo 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, pela redação constante do decreto federal n.º 62.926 de 28 de junho de 1968 no sentido de condicionar as diretrizes do trânsito com os estudos e as realizações do planejamento urbano e da região metropolitana de Curitiba, definindo e estabelecendo atribuições e competências, em relação a tais diretrizes, dentro do Município de Curitiba.

CLAUSULA SEGUNDA

As entidades executoras do presente convênio são o Departamento Estadual de Trânsito, por sua direção e seus órgãos e o Município de Curitiba, pelo Executivo e através do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), autarquia municipal.

CLAUSULA TERCEIRA

Ao DETRAN caberá:

- cumprir as atribuições que lhe são deferidas pelo Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento;
- zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito;
- executar a fiscalização e supervisionar o policiamento do trânsito;
- exigir o cumprimento das normas de circulação e de trânsito de veículos e de pedestres;
- estabelecer as diretrizes de trânsito intermunicipal, em consonância com o IPPUC, sem prejuízo do trânsito dentro do Município de Curitiba;
- encaminhar ao IPPUC proposições relativas ao trânsito dentro do Município, respeitado o Plano Diretor e as normas e diretrizes do planejamento do Município;
- resolver consultas de autoridades e particulares relativas à aplicação da legislação de trânsito;
- promover e coordenar campanhas educativas de trânsito;
- organizar a estatística geral do trânsito;
- promover o licenciamento, emplacamento e registro de veículos, arrecadando as taxas correspondentes.

CLAUSULA QUARTA

Ao Município caberá:

- estabelecer as diretrizes e decidir sobre as normas de circulação de veículos dentro do município de Curitiba;
- estudar, juntamente com o DETRAN, as diretrizes do Trânsito intermunicipal e interestadual, que interfiram sobre o trânsito da cidade;
- estabelecer as normas de sinalização do trânsito em consonância com as normas federais;
- comunicar ao DETRAN, com a antecedência mínima de 72 horas, as diretrizes de trânsito dentro do Município, bem assim na alteração da circulação de veículos, dentro da área do Município em geral;
- deliberar sobre a instituição de áreas especiais de estacionamento em logradouros públicos, bem como sobre a localização de pontos e terminais de transportes coletivos.

CLÁUSULA QUINTA

Em consequência das diretrizes resultantes dos estudos feitos pelos órgãos respectivos, o Prefeito Municipal baixará resolução sobre as normas de circulação de veículos, as quais poderão:

- a) — instituir sentido único de trânsito em determinadas vias públicas ou partes delas;
- b) — proibir a circulação de veículos, bem como a passagem ou trânsito de veículos de carga e de animais em determinadas vias;
- c) — estabelecer limites de velocidade e de peso por eixo para cada via pública;
- d) — proibir conversões à esquerda ou à direita e de retorno;
- e) — instituir áreas especiais de estacionamento em logradouros públicos;
- f) — determinar restrições de uso das vias públicas ou de parte delas;
- g) — fixar horários, períodos e locais destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga.

CLÁUSULA SEXTA

Durante o prazo de 90 dias, a partir da assinatura deste Convênio os trabalhos de planejamento e implantação de novas medidas e diretrizes do trânsito serão feitos conjuntamente pela Prefeitura, através do IPPUC, e pela Secretaria de Segurança, através do DETRAN, findo o qual ingressarão em vigor as atribuições específicas de cada entidade, estabelecidas neste convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA

As autoridades municipais e estaduais farão respeitar os termos deste Convênio, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sem prejuízo do encaminhamento devido à ratificação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba.

E de como assim tenham ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em dez vias de igual teor, perante testemunhas, que também este convênio assinam.

Curitiba, 9 de dezembro de 1971.

aa) JAIME LERNER

JOSÉ MARCOS LOUREIRO PRADO

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

9/72

Senhor Presidente:

Curitiba, 17 de abril de 1972

Tenho a honra de examinar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acórdão n.º 21-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná por meio da participação financeira da SUDESUL.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

TERMO DE ACÓRDO N.º 21-71

Térmo de Acórdão celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Governo do Estado do Paraná, para participação financeira no Fundo de Água e Esgotos — FAE.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Artigo 20 da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro, ao final assinado, na forma do Artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, o Bacharel Haroldo Leon Peres, doravante designado simplesmente "Estado", tem justo, certo e combinado, a celebração do presente Acórdão, o que fazem sob as cláusulas, condições e considerações seguintes:

— considerando a necessidade de serem atingidas, no mais breve prazo possível, as metas estabelecidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior, para o atendimento da população urbana do País, com os serviços de abastecimento de água;

— considerando a necessidade de ser a SUDESUL, órgão regional de desenvolvimento, sumamente interessada na resolução dos problemas de saneamento básico na Região Sul, de acordo com a respectiva política nacional;

— considerando que uma complementação dos recursos do Estado, a investir em saneamento, através do Fundo de Água e Esgotos — FAE, acelerará a dinamização do referido Fundo e propiciará a viabilização dos projetos de abastecimento de água dos municípios de menor população ou renda;

— considerando dispor a SUDESUL, em seu orçamento, de recursos destinados a obras de abastecimento de água no Estado do Paraná, decidem assinar o presente Acórdão.

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Objetiva o presente Acórdão a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná por meio da participação financeira da SUDESUL.

CLÁUSULA SEGUNDA: — A SUDESUL contribuirá para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), cuja despesa, empenhada sob n.º 741, em 3 de setembro de 1971, correrá à conta de seu Orçamento-Programa, para o Exercício de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: — Saúde e Saneamento; SUBPROGRAMA: — Abastecimento d'água; PROJETO OU ATIVIDADE: — 15.09.1.026 — Construção, ampliação e melhoramento de sistemas de abastecimento d'água mediante convênio — ELEMENTO DE DESPESA: — 4.1.1.0 — Obras Públicas — Cr\$ 500.000,00.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da importância relativa à contribuição da SUDESUL será feito de uma só vez, após a publicação do presente Acórdão no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, dependendo da

apresentação, à SUDESUL, da comprovação de que a importância mencionada na Cláusula Quinta foi aplicada de acordo com sua destinação.

Parágrafo Segundo: — A importância recebida pelo Estado será obrigatoriamente, incorporada ao Fundo de Água e Esgotos, para aplicação no desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água.

Parágrafo Terceiro: — A importância a que se refere esta Cláusula será gerida de acordo com o que dispuser o Convênio assinado entre o Estado e o BNH, tendo em vista a constituição do Fundo de Água e Esgotos FAE/PR.

Parágrafo Quarto: — Após a assinatura do presente Acórdão, para o Estado habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à SUDESUL, o seguinte:

a) — custo da publicação deste Acórdão no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul;

b) — Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela SUDESUL.

CLÁUSULA TERCEIRA: — O prazo de execução do presente Acórdão será de 10 (dez) meses contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA: — O prazo da prestação de contas será de um mês, contado da data de expiração do prazo estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA: — A contribuição do Estado, no corrente exercício, para o Fundo de Água e Esgotos deverá ser, no mínimo, o dobro da importância referida na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA: — O Estado, através do Agente Promotor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, manterá a SUDESUL devidamente informada do desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água, para o que remeter-lhe-á, trimestralmente, circunstanciado relatório a respeito.

Parágrafo Único: — Independentemente da remessa dos relatórios a que se refere esta Cláusula, a SUDESUL se reserva o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o emprego dos recursos referidos na Cláusula Segunda, por intermédio do Departamento de Infra-Estrutura.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Caberá ao Departamento de Infra-Estrutura da SUDESUL a emissão do Laudo Técnico exigido pelo Artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA OITAVA: — A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acórdão. Se o inadimplemento for imputável ao Estado, ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da SUDESUL, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA NONA: — O período de vigência do presente Acórdão será de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA: — As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acórdão.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefes da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografadas em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes na presença de testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971.

Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL.

Bacharel Haroldo Leon Peres — Governador do Estado do Paraná.

Testemunhas:

Cleto Sampaio Arruda

Henrique B. Cavalcanti

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

10/72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de examinar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acórdão n.º 22-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

ACÓRDO N.º 22-71

Térmo de Acórdão celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "Governo", têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acórdão, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente Acórdão objetiva a realização do Censo de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas, tais como o Fundo de Saúde, a Fundação Hospitalar do Paraná e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, de acordo com o

plano de aplicação e especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 4270 71, os quais fazem parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob n.ºs 729, 730 e 731, em 27 de agosto de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1971, classificada como segue: Programa: Saúde e Saneamento; Sub-Programa: Estudos e Pesquisas; sobre Saúde; Projeto Específico: Censo de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde Pública, do Fundo de Saúde, da Fundação Hospitalar do Paraná e da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural; Código: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros: Cr\$ 68.000,00, 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial: Cr\$ 17.000,00, Total: Cr\$ 85.000,00.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância referente à contribuição da "SUDESUL", mencionado nesta Cláusula, será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo.

Parágrafo Segundo: — Toda e qualquer despesa que exceder à contribuição da "SUDESUL", na execução do acordado neste ato, correrá por conta do "Governo".

Parágrafo Terceiro: — A importância recebida pelo "Governo" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto: — Após a assinatura do presente Acordo, para o "Governo" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";

b) — Custo da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto: — A prestação de contas do "Governo" será feita, dentro do prazo de 9 (nove) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta Cláusula, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

CLÁUSULA TERCEIRA: — O "Governo" compromete-se a concluir o empreendimento, objeto deste Acordo, num período de 6 (seis) meses, contados da data do pagamento a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula anterior.

Parágrafo Único: — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação do "Governo" e com o consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: — Cabe à "SUDESUL" participar do Planejamento e da execução do Censo, objeto deste Acordo, e o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento de contas que o "Governo" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no Parágrafo Quinto da Cláusula Segunda.

Parágrafo Único — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através da sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto ao artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA QUINTA: — O "Governo", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços do pessoal técnico, ou não, aplicado na execução do presente Acordo.

CLÁUSULA SEXTA: — Na aquisição de equipamentos ou na execução dos serviços, deverá o "Governo" observar as disposições do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

CLÁUSULA SÉTIMA: — O período de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da data do pagamento a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA: — A falta de cumprimento de qualquer das condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao "Governo", este ficará obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA NONA: — As partes, de comum acordo, elegem o foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 16 de outubro de 1971.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, Superintendente.

"GOVERNO" — Doutor Haroldo Len Peres, Governador do Estado do Paraná.

Testemunhas:

Assinatura Ilegível

Assinatura Ilegível

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 11.72

Senhor Presidente.

Curitiba, 17 de abril de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 23.71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 23-71

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a

Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Len Peres, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "Governo", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: — O presente Acordo visa a realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde", a fim de preparar os recursos humanos para o atendimento dos problemas administrativos na área dos serviços de saúde, pelo "Governo", através da Escola de Saúde Pública de sua Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, contando ainda, com a colaboração técnica da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 4271-71, em 12 de julho de 1971, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda: — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 58.280,00 (cinquenta e oito mil duzentos e oitenta cruzeiros), empenhada sob n.ºs 7.39 e 7.40, em 03 de setembro de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento Programa de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: Saúde e Saneamento; SUBPRO-GRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; PROJETO: 15.03.1.024 — Capacitação de Pessoal para a Saúde; PROJETO ESPECÍFICO: "Curso de Administração de Serviços de Saúde"; ELEMENTOS DE DESPESAS: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 52.650,00; 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 5.630,00, TOTAL Cr\$ 58.280,00.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da importância mencionada nesta cláusula e referente à contribuição da "SUDESUL" será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo.

Parágrafo Segundo: — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "Governo".

Parágrafo Terceiro: — A importância recebida pelo "Governo" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A. em conta vinculada.

Parágrafo Quarto: — Após a assinatura do presente Acordo, para o "Governo" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 582,80 (quinhentos e oitenta e dois cruzeiros e oitenta centavos), para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";

b) — Custo da publicação do presente Acordo no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto: — A prestação de contas do "Governo" será feita dentro do prazo de 6 (seis) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta cláusula, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

Parágrafo Sexto: — O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL" por ocasião da prestação de contas.

Cláusula Terceira: — O "Governo" obriga-se a concluir o Curso de que trata este Acordo, dentro do prazo de 4 (quatro) meses, contados da data de pagamento da contribuição da "SUDESUL" mencionada na cláusula anterior.

Parágrafo Único — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação prévia e expressa do "Governo" e com o consentimento da "SUDESUL".

Cláusula Quarta: — O "Governo" compromete-se ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado à cláusula primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a SUDESUL", cabendo-lhe também:

a) — Apresentar, independentemente da prestação de contas, relatório técnico ou avaliação dos resultados do Curso, contendo o aproveitamento dos alunos do mesmo, dentro do prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de pagamento ferido na cláusula segunda;

b) — Encaminhar à "SUDESUL", juntamente com o Relatório mencionado na alínea anterior, em 2 (duas) vias, os trabalhos de campo efetuados pelos alunos participantes do Curso.

Cláusula Sexta: — Na aquisição de equipamentos ou na execução dos serviços, deverá o "Governo" observar as disposições do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

Cláusula Sétima: — Na execução do presente Acordo, o "Governo" dará preferência a equipamentos nacionais, somente utilizando materiais estrangeiros quando inexistirem nacionais.

Parágrafo único — O "Governo", pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente Acordo.

Cláusula Oitava: — Fica assegurada à "SUDESUL" o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "Governo" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo único: — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Nona: — A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao "Governo" ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

Cláusula Décima: — O período de vigência do presente Acordo será de 9 (nove) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento.

Cláusula Décima Primeira: — As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Ass. ilegível), Chefe da

Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 6 (seis) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, (Ass. ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente
"GOVERNO" — Doutor Haroldo Leon Peres — Governador do Estado do Paraná

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 12-72

Curitiba, 17 de abril de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Acordo n.º 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 24-71

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "Governo", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: — O presente Acordo visa a realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares" pelo "Governo", através da Escola de Saúde Pública de sua Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, de acordo com o plano de aplicação e as especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob n.º 4.272-71, em 12 de julho de 1971, os quais fazem parte integrante deste, independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda: — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 54.185,56 (Cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros e cinquenta e seis centavos), empenhada sob n.ºs 727 e 728, em 27 de agosto de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: Saúde e Saneamento; SUBPROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; PROJETO: 15.03.1.024 — Capacitação de Pessoal para a Saúde; PROJETO ESPECÍFICO: "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares"; CÓDIGO: — 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros: Cr\$ 14.944,40, 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial: Cr\$ 39.241,16 — TOTAL: Cr\$ 54.185,56.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da importância mencionada nesta Cláusula e referente à contribuição da "SUDESUL" será feito de uma só vez, após a assinatura do presente Acordo.

Parágrafo Segundo: — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "Governo".

Parágrafo Terceiro: — A importância recebida pelo "Governo" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S. A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto: — Após a assinatura do presente Acordo, para o "Governo" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 541,86 (Quinhentos e quarenta e um cruzeiros e oitenta e seis centavos) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";
b) — custo da publicação do presente Acordo no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto: — A prestação de contas do "Governo" será feita dentro do prazo de 5 (cinco) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta Cláusula, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balanços e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

Parágrafo Sexto: — O saldo dos recursos mencionados nesta Cláusula, porventura inaplicados, reverterá aos cofres da "SUDESUL" por ocasião da prestação de contas.

Cláusula Terceira: — O "Governo" obriga-se a concluir o Curso de que trata este Acordo, dentro do prazo de 3 (três) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na Cláusula anterior.

Parágrafo único: — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovado, por solicitação prévia e expressa do "Governo" e com o consentimento da "SUDESUL".

Cláusula Quarta: — O "Governo", em contrapartida do presente Acordo, compromete-se a arcar com as despesas referentes a taxas e material escolar dos alunos do Curso objeto deste instrumento.

Cláusula Quinta: — O "Governo" compromete-se, ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na Cláusula Primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a SUDESUL", cabendo-lhe, também:

a) — apresentar, independentemente da prestação de contas, relatório técnico ou avaliação dos resultados do Curso, contendo o aproveitamento dos

alunos do mesmo, dentro do prazo de 5 (cinco) meses, a contar da data do pagamento referido à Cláusula Segunda;

b) — encaminhar à "SUDESUL", juntamente com o Relatório mencionado na alínea anterior, em 2 (duas) vias, os trabalhos de campo efetuados pelos alunos participantes do Curso.

Cláusula Sexta: — Na aquisição de equipamentos ou na execução dos serviços, deverá o "Governo" observar as disposições do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

Cláusula Sétima: — Na execução do presente Acordo, o "Governo" dará preferência a equipamentos nacionais, somente utilizando materiais estrangeiros quando inexistirem nacionais.

Parágrafo único: — O "Governo", pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente Acordo.

Cláusula Oitava: — Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "Governo" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no Parágrafo Quinto da Cláusula Segunda.

Parágrafo único: — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto ao artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Nona: — A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao "Governo", ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de intelecção judicial ou extra-judicial.

Cláusula Décima: — O pedido de vigência do presente Acordo será de 8 (oito) meses, a contar da data do pagamento mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda deste instrumento.

Cláusula Décima Primeira: — As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, (Ass. ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 6 (seis) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (ass. ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente
"GOVERNO" — Doutor Haroldo Leon Peres, Governador do Estado do Paraná

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM N.º 13-72

Curitiba, 17 de abril de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Acordo n.º 25-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização dos estudos e trabalhos necessários para a identificação, classificação e delimitação das manchas dos solos a fim de se obter o mapa pedológico da área 6 (seis), zoneamento adotado pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 25-71

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, e na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, Exmo. Sr. Doutor Haroldo Leon Peres, doravante designado simplesmente "Governo", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: — Objetiva o presente Acordo a realização dos estudos e trabalhos necessários para a identificação, classificação e delimitação das manchas dos solos a fim de se obter o mapa pedológico da área 6 (seis), zoneamento adotado pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA —, numa extensão aproximada de 5.580 km. 2 (cinco mil quinhentos e oitenta quilômetros quadrados) de acordo com a matéria constante do Processo protocolado na "SUDESUL" sob o número 4778, em 03 de agosto de 1971, o qual faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro: — Caberá ao "Governo", através da CERENA, ou por intermédio de outra entidade, pública ou privada, a seu juízo discricionário, promover a colimação do objetivo mencionado no "Caput" desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: — A área 6 (seis), adotada pela CERENA e mencionada na Cláusula Primeira, está situada entre 25°00' e 25°30' de latitude Sul e entre 49°00' e 50°00' de longitude WG, abrangendo uma área de aproximadamente 5.580 km. 2.

Cláusula Segunda: — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob n.º 757, em 09 de setembro de 1971, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa para o exercício de 1971, classificada como segue: PROGRAMA: Recursos Naturais; SUBPROGRAMA: Recursos Naturais Renováveis; PROJETO: 14.05.1.021 — Levantamento de Recursos

de Solos; PROJETO ESPECÍFICO: Levantamento Pedológico da Área 6 do Estado do Paraná: ELEMENTOS DE DESPESAS: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 45.000,00.

Parágrafo Primeiro — A transferência dos recursos mencionados nesta Cláusula ao "Governo", será feita imediatamente após a assinatura do presente Convênio.

Parágrafo Segundo — Toda a despesa necessária à execução do disposto na Cláusula Primeira que exceder à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "Governo", que se obriga a prover os recursos necessários, a fim de que o acordado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "Governo" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — Após a assinatura deste Acordo, para o "Governo" habilita-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL", o seguinte:—

a) — custo da publicação deste Acordo no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul;

b) — Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL".

Cláusula Terceira — o "Governo" compromete-se a executar o acordado neste ato apresentando à "SUDESUL", dentro do prazo de 1 (hum) ano, contado da data de recebimento da contribuição da mesma, o Relatório Técnico Final referido na alínea "b" da Cláusula seguinte:

Parágrafo Único — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação do "Governo" e com a concordância da "SUDESUL".

Cláusula Quarta — O "Governo" compromete-se a imprimir em todas as publicações e relatórios relacionados com o desenvolvimento dos serviços, objeto deste Acordo, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — "SUDESUL", — cabem-lhe, ainda:

a) — enviar trimestralmente, a partir da data do pagamento mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, um relatório técnico das atividades desenvolvidas;

b) — fornecer Relatório Técnico Final contendo as descrições dos solos, suas características químicas, sua classificação e caracterização final dos grupos de solos, estabelecendo conclusões com solos de âmbito nacional e internacional baseados respectivamente no Manual de Método de Trabalho de Campo, 2a. aproximação, 1967, da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e no "Soil Classification, a comprehensive system 7th Approximation Revised, USDA, Washington" do Soil Survey Staff";

c) — elaborar o Mapa na Escala de 1:250.000 (hum por duzentos e cinquenta mil) dentro das normas vigentes, e mapa original em Poliéster.

Cláusula Quinta — Os trabalhos, objetos do presente Acordo, deverão estar apoiados nas normas adotadas pela Equipe de Pedologia e Fertilidade do Solo do Ministério da Agricultura (EPES-MA), ao qual caberá, no caso do Laudo Técnico emitido pela "SUDESUL" e acordado à Cláusula Nona deste instrumento não aprovar o Relatório Técnico Final apresentado pelo "Governo", o papel de árbitro.

Cláusula Sexta — A apresentação pelo "Governo" do Relatório Técnico Final, devidamente aprovado pela "SUDESUL", na forma da Cláusula Nona do Acordo, fará com que este instrumento jurídico fique plenamente concluído, perfeito e acabado.

Cláusula Quinta — O período de vigência do presente Acordo será de 5 (cinco) anos, contados da data do recebimento da contribuição da "SUDESUL".

Cláusula Oitava — Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento dos serviços objeto do presente Acordo.

Cláusula Nona — Caberá ao Departamento Agrícola e Industrial, através de sua Divisão de Recursos Naturais — Seção de Recursos Naturais Renováveis, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29, do Decreto-lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Décima — Na execução do presente Acordo o "Governo" zelará para que seja dada a preferência a materiais e pessoal da própria região, somente utilizando pessoal e materiais estrangeiros, quando inexisterem os nacionais.

Cláusula Décima Primeira — Na aquisição de materiais ou execução dos serviços, deverá o "Governo", fazer observar as disposições do Decreto-lei n. 203, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

Cláusula Décima Segunda — A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputado ao "Governo" ficará este obrigado a restituir a importância recebida aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

Cláusula Décima Terceira — As partes, de comum acordo, elegem o foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, (As. Ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 6 (seis) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, (As. Ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971

Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo, Superintendente da "SUDESUL"

Doutor Haroldo Leon Peres, Governador do Estado do Paraná

TESTEMUNHAS:

(Ass. Ilegíveis)

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

N. 14-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da lei n. 6.249, de 10 de novembro de 1971.

2. O crédito especial de que trata o Plano de Lei ora submetido a

essa Augusta Assembléia Legislativa, se faz oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar as necessárias condições a fim de que, sob prisma orçamentário, seja dada execução à lei n. 6.249, de 10 de novembro de 1971, que dispõe sobre a integração dos Portos de Paranaguá e de Antonina em uma entidade autárquica única, integração essa que, face a ordem cronológica da aprovação dos atos, deixou de figurar na vigente Lei Orçamentária.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para atender as despesas decorrentes da Lei n. 6.249, de 10 de novembro de 1971, de acordo com a seguinte especificação:

ÓRGÃO PRINCIPAL: Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes

PROGRAMA: Administração dos Serviços Portuários

DOTAÇÃO: 72-4.4-62-05-0

UNIDADE EXECUTORA: Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes

UNIDADE DE EXECUÇÃO DELEGADA: Administração dos Portos de

Paranaguá e Antonina — A.P.P.A.

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes

3.2.7.3 — Entidades Estaduais

03 — Outras Despesas

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas Cr\$ 541.290,00

4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações Cr\$ 569.000,00

4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente Cr\$ 6.000,00

T O T A L Cr\$ 1.516.290,00

Art. 2.º — Como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, poderá o Poder Executivo, cancelar as dotações orçamentárias da "Administração do Porto de Paranaguá — APP" e "Administração do Porto de Antonina — APA", no montante de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), consignadas na Lei 6.253 — Orçamento Geral do Estado, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

N. 18-72

Curitiba, 4 de maio de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Fundação IAPAR), dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no município e comarca de Londrina e vinculação à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que dotará a Administração de um órgão que cuidará eficientemente de assuntos ligados à pesquisa técnico-científica e a formação e treinamento de pessoal especializado, objetivando o desenvolvimento da agricultura.

Através da lei n. 6.061, de 16 de dezembro de 1969, pretendeu-se instituir, na Secretaria da Agricultura, órgão com finalidade semelhantes à adotada de que trata o anexo anteprojeto, mas, em virtude de omissões da citada lei e de sua regulamentação, tais objetivos não foram colimados.

Assim sendo e para o devido equacionamento do assunto, realizaram-se criteriosos estudos sobre a matéria, cujas conclusões foram no sentido de que seja instituída a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Fundação IAPAR), extinguindo-se, em consequência, o órgão criado em razão da já mencionada lei n. 6.061-69, extinção essa que deverá efetivar-se tão logo a nova Entidade esteja instalada e em funcionamento.

A criação de fundações com personalidades jurídicas de direito público, não fere qualquer limitação de ordem legal e se constitui norma já adotada com total êxito pela Administração Pública, citando-se como expressivos exemplos dessa assertiva as recentes criações da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES), pela lei n. 6.207-71 e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), pela lei n. 6.220-71, entidades que vêm desempenhando plenamente as suas específicas finalidades.

Tendo em vista os elevados interesses Públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Fundação — IAPAR), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado, tendo como finalidade básica a pesquisa técnico-científica, a formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da Agricultura.

Parágrafo único — Para melhor atender e cumprir esses objetivos, poderão integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, estações experimentais vinculadas à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — O patrimônio da Fundação é constituído pelo acervo do atual Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), criado pela Lei n. 6.061, de 16 de dezembro de 1969, compreendendo terrenos, com edificações e benfeitorias, situados em Londrina, totalizando mais um menos 254,90 hectares, no valor aproximado de Cr\$ 1.290.410,00.

§ 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a doação à Fundação dos imóveis referidos neste artigo.

§ 2.º — Serão incorporados ao patrimônio inicial os bens que lhe forem destinados por doação ou legado.

§ 3.º — Extinta a Fundação seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — Além dos recursos derivados do seu patrimônio, constituirão receita da Fundação.

I — crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), para atender despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro;

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;

IV — doações e legados;

V — recursos provenientes do convênio já celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café (GERCA) para fins de auxílio à implantação do Instituto Agronômico do Paraná, ou de outros convênios que venham a ser celebrados entre a Fundação e organismos que se proponham ao financiamento de programas de pesquisas e de estudos no campo da agronomia, principalmente com o Instituto Brasileiro do Café.

VI — rendas resultantes da prestação de serviços e outras que venha a Fundação auferir.

Art. 4.º — São órgãos da Fundação:

— Conselho Deliberativo

— Conselho Curador

— Diretoria Executiva.

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

I — do Secretário da Agricultura, seu Presidente nato;

II — do Diretor Presidente da Fundação;

III — de representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro do Café, da Fundação Museu do Café, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, das Universidades paranaenses que ministrem cursos de agronomia ou engenharia agrônoma e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

§ 1.º — Os representantes, após sua indicação, em lista triplíce, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 6.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes, todos designados pelo Governador do Estado, escolhidos em lista triplíce a ser preparada pelo Secretário da Agricultura, devendo, pelo menos, dois deles ser contadores ou técnicos em contabilidade.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos, admitida a recondução.

Art. 7.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser escolhido dentre diplomados em curso superior de Agronomia.

§ 2.º — O Diretor Presidente e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador, e se pertencerem ao quadro de servidores do Estado, deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo e a percepção da remuneração fixada na forma deste parágrafo.

§ 3.º — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico e Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma indicada pelo Estatuto.

Art. 9.º — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo as leis trabalhistas, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e em consonância com as disposições do Estatuto da Fundação.

§ 1.º — Será exigido concurso de títulos e ou de provas para a ingresso do pessoal de que trata este artigo.

§ 2.º — Atendida à exigência do parágrafo anterior, servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma delas, com todas as vantagens da lei.

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria da Agricultura, o Instituto Agronômico do Paraná, criado pela Lei n. 6.061, de 16 de dezembro de 1969, tão logo esteja instalada e em funcionamento a Fundação.

Art. 11 — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 12 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à atribuição estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 — Os bens imóveis havidos pela Fundação só poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 14 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 15 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16 — Para a execução do disposto no inciso I do artigo 3.º desta Lei, fica o Poder autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum mil e trezentos mil cruzeiros), mediante o cancelamento de igual importância de dotações constantes do Orçamento Geral do Estado em vigor.

Art. 17 — A Fundação encaminhará, anualmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do Balanço e respectivo exercício.

Art. 18 — Fica ratificado, em todos os seus termos o convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, em data de 29 de julho de 1970, para fins de auxílio à implantação do Instituto Agronômico do Paraná, constituindo os recursos remanescentes de tal convênio receita da Fundação, nos termos do artigo 3.º, inciso IV, desta Lei.

Art. 19 — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação. — A Comissão de Constituição e Justiça).

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições, e após ouvido o Plenário, vem na forma regimental requerer, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osny Tapalipa, funcionário da firma Prosdócimo S.A., ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Outrossim, requer ainda seja dado ciência à família enlutada através da referida firma.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Antonio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, mui respeitosamente, requer, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor presidente da República e Ministro da Agricultura, o seguinte:

que o art. 1.º do Decreto n.º 70.430, de 17 de abril de 1972, que assim reza: "Na execução dos planos de desenvolvimento agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em áreas pioneiras, por estabelecimentos oficiais de crédito, as empresas observarão o disposto no artigo 28 § 3.º, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964".

Passa a ter a seguinte redação:

"Na execução dos planos de desenvolvimento agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em áreas pioneiras e áreas prioritárias para Reforma Agrária, por estabelecimentos oficiais de crédito, as empresas observarão o disposto no art. 2º, § 3.º, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964".

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA — (Caixa Postal, 1596 — Campinas — São Paulo), em pesquisas realizada durante o ano de 1971, a respeito de conflitos de terras em diversos Estados brasileiros, dá a nós paranaenses um triste primeiro lugar quanto a problemas de terras criados no Brasil, visto que o Paraná foi o Estado que acusou o maior número de mortes por falta de legalização de terras.

Somos todos sabedores que o Estado do Paraná é sem dúvida nenhuma o Estado brasileiro que tem maior número de posseiros, necessitando que seja dadas urgentes soluções.

Com o Decreto n.º 69.411, de 22 de outubro de 1972, que dispõe sobre a criação da área prioritária, para fins de Reforma Agrária, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, foi sem dúvida nenhuma um grande passo para a solução desses problemas, porém, muitos dos que se dizem proprietários apressam-se a mover ação de despejo contra os referidos posseiros, moradores, em muitos casos, há mais de trinta anos.

Pois bem, o nosso objetivo com o estabelecimento de toda esta área como zona pioneira, visa principalmente dar tranquilidade a milhares de trabalhadores rurais que residem a muito nessas áreas, onde já constituíram família, possuem suas casas, enfim, desejam paz, a fim de dar ao Brasil aquilo que ele tanto necessita para seu desenvolvimento.

É oportuno lembrar uma vez mais que o artigo 2.º, do referido Decreto (70430) dá total garantia aos que estão de posse da terra, pois não poderão ser deslocados de suas moradias, ou da posse das terras cultivadas por eles, sem anuência prévia do Ministério da Agricultura.

Requerimento

Senhor Presidente:

Em 1969, foi aberto concurso de magistério na forma do Decreto 15249-69, para provimento do cargo de Professor de Ensino Primário Normal, ao qual se inscrevera mais de 7.000 candidatos.

Realizado com critérios modelares e dentro de normas merecedoras dos mais exaltados méritos, foram por ele aprovados 5.577 professores estagiários e 723 professores interinos.

Constitui na época, medida de desafio para os problemas existentes com o Ensino Primário, premiado com justiça aos que através de classificação demonstraram suas qualificações para as funções.

Remanescentes dos classificados pelo concurso existem até a presente data 500 professores que ainda não foram nomeados. Uns pela ausência de vagas nos quadros de magistério, outros por não terem concordado, motivados por problemas de ordem pessoal tais como impossibilidade de locomoção devido responsabilidade como a subsistência familiar, prosseguimento de estudos etc.

O aumento das matrículas escolares em nosso Estado, juntamente com a falta de nomeação de professores, determina a obrigatoriedade de atendimento neste setor por parte das Prefeituras Municipais.

Por economia na maioria das vezes, ocorre então a contratação, pelo Município, de professores não habilitados, sacrificando as atuais normas de aprimoramento educacional.

O problema se avoluma, ao conhecermos a necessidade no setor de mais de 6.000 professores primários, segundo levantamento da Secretaria de Educação e Cultura.

Estas ponderações, aliada a medida de economia representada pela contratação dos professores já concursados, coloca-nos à vontade para solicitar a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, a prorrogação do prazo de validade do concurso de magistério primário que expira dia 22 próximo, ensejando a possibilidade do aproveitamento dos ainda não nomeados.

Faço ao exposto, Senhor Presidente, o Deputado que este subscrive, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja o presente apelo enviado à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, no intuito de ser dado atendimento a esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Xenofonte Villanueva.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, mui respeitosamente, requer depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apelo para que seja nomeada com urgência, uma Comissão para a COFFIPAR.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Aos oito dias do mês de agosto de hum mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Curitiba, de um lado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA, então representado pelo seu Presidente General Carlos de Moraes, e de outro, o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Dr. Paulo Cruz Pimentel, foi firmado Convênio, a fim de acelerar o processo de Reforma Agrária, nos termos do Estatuto da Terra, e com o objetivo de estreitar a colaboração entre a União Federal e o Estado do Paraná, cujos interesses comuns reclamavam soluções harmônicas e adequadas à realidade social das áreas que são objeto desse Convênio.

O motivo deste apelo prende-se ao fato de que, desde o término do mandato do Governador Paulo Pimentel, não foi, até a presente data, nomeada a Comissão para julgamento dos pedidos de posse de terras, sendo que nos anos de 1970, 1971 e 1972, aproximadamente 500 processos dessa natureza dearam entrada na COFFIPAR, os quais necessitam de soluções urgentes, para que os proprietários que estão de posse de terras possam gozar da tranquilidade a que têm direito.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, mui respeitosamente, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura para que sejam incluídos no Decreto n.º 69.411, de 22 de outubro de 1971, quando da criação de zona prioritária, para fins de Reforma Agrária no Estado do Paraná e Santa Catarina, os Municípios de Formosa do Oeste, Nova Aurora, Corbélia e Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Não compreendemos porque os referidos Municípios não foram incluídos como prioritários para Reforma Agrária, pois o número de posseiros nessa região é muito grande, sendo necessárias urgentes soluções para seus problemas.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a entrada da Ordem do Dia de hoje o requerimento n.º 8-16, de autoria do Deputado Fuad Nacli e outros, tendo em vista reuniões da Bancada da ARENA, marcada para amanhã, cujo documento será debatido naquela oportunidade.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Paulo Poli

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 48-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — As despesas referentes a esta autorização correrão por conta da dotação orçamentária a ser prevista para a Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) — Antônio Belinatti

JUSTIFICATIVA:

O bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina, é um dos mais progressistas daquela cidade, apesar de distante do centro. Aproximadamente há 3 mil alunos, ali residentes, vêm, com enormes dificuldades e despesas de transporte, realizando seus estudos ginasiais em outros estabelecimentos da cidade, pela falta de um Ginásio no bairro. Este Projeto, que dá autorização ao Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual naquele bairro, além da grande massa de estudantes que atenderá, ali residentes, também, os dos bairros de Cervejaria, Boa Vista, Vila Ocean, Jardim Europa, Jardim Mazzei e Califórnia.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou proceder a leitura de um Requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, exercendo prerrogativas regimentais, requer, ouvida a Casa, encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura, moção de apoio pela posição adotada por este para solucionar a lamentável crise surgida no Grupo Escolar Cruz do Pilarzinho, nesta Capital, em consequência da subversão estimulada por uma antiga diretora.

A Secretaria de Educação, através de seu titular, Doutor Roberto Linhares da Costa, colocou-se numa posição democrática, porém firme, tentando conciliar professores com pais de alunos mal instigados. Mantendo-se estritamente no que determina a Lei, e indica a conveniência para os trezentos e vinte alunos do Grupo Escolar, o titular da Pasta da Educação está respaldando com seu apoio uma diretora que sofre tratamento injusto e ilegal.

Os fatos ocorridos no Grupo Escolar Cruz do Pilarzinho, que ontem forçaram a intervenção policial para restabelecer a ordem, são de responsabilidade de uma diretora que pretendia encerrar no cargo e beneficiar-se de uma acumulação indevida. A justificativa dessa acertiva é farta, com a leitura do processo administrativo anexo.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Erondy Silvério.

Sr. Presidente, sentimo-nos na obrigação de vir à Tribuna para esse apoio ao sr. Secretário de Educação, face o que se verificou ontem no Grupo Escolar Cruz do Pilarzinho, bairro onde tenho tantos e tantos amigos e onde

exerço até minhas atividades profissionais. São fatos lamentáveis que deviam ser coibidos até com maior rigor do que aquele dado pelo sr. Secretário de Educação.

O que está ocorrendo, é que uma ex-diretora, sra. Olga Mazzepa, pretendia acumular duas direções de estabelecimentos de ensino, conforme provam os documentos anexos, feitos por essa diretora, de seu próprio punho e os quais deixo de ler em virtude do tempo ser escasso, no Pequeno Expediente, e não termos conseguido inscrição para o Grande Expediente.

Mas a atitude dessa Diretora não poderia, de forma alguma, ser aceita pelo sr. Secretário de Educação, porque uma mesma pessoa dirigir dois estabelecimentos de ensino, é coisa que contraria todas as normas que regem o ensino. Essa Diretora, vendo frustrado seu intento de permanecer nessas duas direções, instigou os pais dos alunos contra a diretora nomeada pelo Secretário de Educação, a quem nem conheço. Estou fazendo a sua defesa, porque, ao que me consta, é uma professora normalista, que tem todas as credenciais para exercer um cargo de direção e não se pode conceber, principalmente no momento atual, que uma ex-diretora de estabelecimento, instigue pais de alunos a agredir a Diretora ed um estabelecimento e demais professoras de um Grupo Escolar, apenas para forçar seu retorno à função de Diretora.

Portanto, aqui fica nosso repúdio, contra a atitude inusitada dessa professora que deveria ser indicada num inquérito administrativo, para posterior exoneração, porque uma senhora, nestas condições, não tem estabilidade emocional para ser uma professora, quanto mais uma diretora de um estabelecimento de ensino.

Acho que o Sr. Secretário de Educação foi benévolo demais; deveria ter suspenso essa professora, essa Diretora e enquadrá-la em inquérito para posterior demissão a bem do Serviço Público.

Esperamos que o Sr. Secretário de Segurança possa proporcionar tranquilidade àquele estabelecimento de ensino de vez que as aulas estão suspensas. Aquele Grupo Escolar está com as portas fechadas num flagrante desrespeito aos direitos que têm os pais dos alunos a que seus filhos possam frequentar as aulas sem coação de qualquer natureza.

E o apelo que fazemos a fim de que não se verifiquem manifestações desta natureza que vêm enxovilhando a dignidade dos moradores do Bairro do Pilarzinho.

Por informação do Deputado Paulo Poli, tomamos conhecimento que a Exma. Professora Inspectora da 1.ª Inspeção Regional de Ensino, a quem o problema está diretamente ateto, deu todo o respaldo à Diretora do Grupo Escolar "Cruz do Pilarzinho". Não esperávamos que sua atitude fosse outra, pois há muito tempo conhecemos a sua formação democrática e o seu respeito aos sagrados postulados do Magistério.

Esperamos que a Casa vote favoravelmente a nossa Moção de Solidariedade ao Secretário de Educação e, também, renovamos nosso apelo para que o Secretário de Segurança aja com o máximo rigor assegurando tranquilidade e assegurando um clima favorável para que as crianças possam retornar às aulas e para que a direção daquele estabelecimento possa continuar funcionando com aquela seriedade que todos nós esperamos. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos à Mesa um Pedido de Informações que pedimos permissão aos Srs. Deputados para fazer a leitura do mesmo. (Lê):

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, considerando:

a) — que os refeitórios estudantis atendem mais de 8.500 alunos da Universidade Federal do Paraná, assim como, também, vestibulares e demais universitários;

b) — a importância desses restaurantes na diminuição dos gastos estudantis, no que diz respeito à alimentação;

c) — os "déficits" mensais apresentados por esses restaurantes, que sempre foram cobertos pelo Governo do Estado;

d) — o interesse da União em que toda a atenção seja dada a essa classe; Requer a Vossa Excelência que encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osmário Zilli, Digníssimo Secretário dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, o seguinte pedido de informações:

1) — Quais os motivos que determinaram a STAS suspender o auxílio financeiro anual de Cr\$ 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros) aos refeitórios estudantis, para amortizar seus déficits?

2) — Há algum novo plano ou programa em estudos na STAS objetivando o atendimento dos estudantes?

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reputamos de grande importância este Pedido de Informações porque os Restaurantes Estudantis, principalmente da Capital do Estado, correm o sério risco de terem suas portas fechadas caso o Governo não apresente uma solução compatível com as necessidades desses mesmos estudantes. Os estudantes do interior do Estado, sem condições financeiras à altura para atender todas as despesas com seus estudos, enfrentam dificuldades enormes na Capital do Estado.

A existência desses Restaurantes Estudantis representa uma necessidade insubstituível e seu fechamento acarretaria prejuízos enormes a toda uma classe.

Se o pensamento da União, através palavras do Ministro da Educação que afirmou em determinada oportunidade, é que todo o apoio deve ser dado ao estudante brasileiro; se o pensamento da União é dar todo apoio ao estudante brasileiro do Paraná, através de seu Governo.

Cabe também enorme responsabilidade neste sentido.

Lamentamos profundamente que a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, através de orientação governamental, venha suspender esse auxílio indispensável, a todos os restaurantes universitários. Apenas para exemplificar, Sr. Presidente, para que se tenha uma idéia da situação, alguns dados sobre os restaurantes da Capital do Estado, sem falarmos dos restaurantes do interior:

Engenharia — 800 beneficiados, com déficit mensal de 14 mil cruzeiros; Medicina — 700, déficit mensal de 10 mil cruzeiros; Agro-Veterinária — 250, déficit mensal de 5.450 cruzeiros; CEU — 2.500 comensais diários, déficit men-

sal de 15 mil cruzeiros; Economia — 700 diários, déficit mensal de 3.200, e assim por diante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são dados reais que demonstram a necessidade indispensável de o Governo se sensibilizar para o problema e procurar dar, de uma forma ou de outra, um atendimento a esses estudantes, que representam o futuro do País, que são os responsáveis pelos destinos da nossa Pátria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, viemos abordar um assunto desta Tribuna que, praticamente desde quando iniciamos as nossas atividades sindicais no Paraná, ele está em voga, porque há muitos anos já vem havendo problemas de terras, problemas com posseiros de nosso Estado. Mas, para ver assim a proporção de terra, que não é só do nosso Estado, nós fizemos um trabalho pequeno sobre o problema fracional.

Parece estranho falarmos sobre reforma agrária, em um País que tem a maior parte do seu território ainda desocupado, e onde a densidade demográfica é de somente 11 pessoas por km². Ainda assim, o Brasil tem um sério problema de dependências de terras. No sentido qualitativo, diferentes formas de arranjos de posse ou domínio de terras; no sentido quantitativo, distribuição de terras disponíveis entre as diferentes categorias de agricultores. Por outro lado, o pior é que a desigualdade de distribuição de terras tem aumentado, em anos recentes, e o promissor desenvolvimento da economia brasileira tem sido incapaz de melhorar esta situação.

A Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional considera a reforma agrária no Brasil, um enigma. Muitos conflitos tiveram lugar durante os primeiros meses de 1971, em Ceará, Pernambuco, Paraíba, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul, indicando uma tensão recente entre proprietários e posseiros.

Levantamento feito pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, em 1970, demonstrou ser o Paraná o Estado em que ocorreu o maior número de mortes, produzidas por problemas de terras, no Brasil.

(Lendo): "Algumas vezes o Brasil e os Estados Unidos tem sido comparados em termos de tamanho e possibilidades futuras. Para entender algumas diferenças básicas na formação desses dois países é necessário conhecer a origem da propriedade da terra em ambos os casos: enquanto os Estados Unidos impuseram um limite de 160 acres (26 alqueires paulistas) para a área que um pioneiro podia ocupar, o Rei de Portugal dividiu o Brasil em 12 enormes faixas de terra e doou-as a alguns amigos da Coroa com a condição de cultivá-las (o que não foi feito) e povoá-las (que tampouco se cumpriu)."

Esse simples fato não explica a diferença que existe entre os dois grandes países americanos, mas lustra muito bem como seus recursos naturais foram originalmente distribuídos, quando as duas nações surgiram. Mostra também a origem histórica do latifúndio brasileiro.

Alguns dados que nos dão a Noção do Absurdo

No Brasil, quase 76% dos estabelecimentos rurais são minifúndios; 21,8% são latifúndios e somente 2,4% são classificados como "empresas", isto é, fazendas que são devidamente utilizadas segundo os padrões oficiais estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Esses dados, coletados durante o Levantamento Cadastral de 1965, mostram também que os minifúndios ocupam somente 12,5% da área agrícola total, enquanto os latifúndios ocupam 82,9%. As "empresas" tomam somente 4,6% de toda a terra atualmente ocupada.

Os dados para os latifúndios são muito expressivos: as grandes fazendas totalizam 298.137.059 hectares ou, em outras palavras 2.98 milhões de quilômetros quadrados. Essa área é maior que a Argentina — o segundo país da América Latina em extensão.

Por outro lado, é importante saber que as condições de tenência estão se deteriorando no Brasil, em lugar de melhoras. Os latifúndios estão se tornando maiores e os minifúndios estão aumentando em número.

LATIFUNDIO

"Por exploração"	793.381	21,8%	275.249.099 hectares	76,5%
"Por dimensão"	279	0,01%	22.887.960 hectares	6%
Minifúndio	2.766.201	75,8%	45.821.125	12%
Empresas Agrícolas	86.256	2,4%	16.459.914	4,6%
	3.646.117	100%	360.418.098 hec.	100%

TIPO DE TENDENCIA

Assalariados Rurais	5.329.000	40%
Minifundistas	4.275.000	32%
Parceiros e Arrendatários	2.100.000	15,7%
Agricultores não minifundistas	880.000	7,0%
Ocupantes	783.000	5,3%
Total	13.367.000	100,0%

O LATIFUNDIO OCUPA AS MELHORES TERRAS:

O Levantamento Cadastral de 1965, indicou que os grandes latifúndios não são compostos por montanhas, areia, pedras e banhados como os anti-reformistas usualmente apregoam.

A produção agrícola provem na sua maior parte de estabelecimentos rurais pequenos e/ou de tamanho médio

Trabalhando no Estado de São Paulo, Salomão Chhattan verificou que as pequenas unidades propiciam em relação às grandes fazendas, um maior rendimento por unidade de área.

A mesma situação ocorre quando se considera o Brasil como um todo: os minifúndios e unidades de tamanho médio são responsáveis por 65% do total de produção agrícola.

Estrutura Fundiária do Paraná:

329.110 proprietários ocupam 4.661.911 hectares.
102.901 proprietários ocupam 13.632.616 hectares o que vem demonstrar a grande desproporção.
26,2% de pessoas ocupam 3/4 de terras; enquanto que 73,8% ocupam apenas 1/4 de terras. Dentro do aspecto fundiário do Paraná, nós encontramos aqui no Paraná dados fornecidos pelo IBRA em 1.967. Os levantamentos e o cadastramento rural deste ano, logicamente, não foi divulgado. Mas no Paraná nós temos, ou melhor, nós tínhamos em 1.967 — 432.101 proprietários. 76%

da população agrícola-rural do Paraná, proprietários são minifúndios. Numa área de 4.661.911 hectares ocupando uma área do Estado de apenas 25%. Mas o que se pode observar em relação ao termo "fundário", em relação o Brasil, em relação com o Paraná, se dá mais ou menos nas mesmas proporções. Quem dizer, aproximadamente 80% das terras brasileiras estão nas mãos de 20% de brasileiros. Enquanto que 80% dos brasileiros que trabalham em suas propriedades são proprietários apenas, de menos de 20% das terras no Brasil.

Como dissemos de início, um dos problemas que tem afligido muito dentro do aspecto sindical, desde que nós estamos à frente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná há aproximadamente 7 anos nesse estado, as maiores reclamações, os maiores problemas que nós temos; as coisas mais tristes que acontecem, não são com aqueles que não têm terras ou aqueles que não têm a posse da terra. Apesar dos pesares dos nossos trabalhadores rurais, como acontece, por exemplo em faixas do nosso Estado e que nós não chamamos Norte Pioneiro e sim Nordeste Pioneiro — porque o salário mínimo do Norte Pioneiro do nosso Estado é menos, em média do que o salário mínimo do Nordeste do Brasil. Isto no Paraná. Mas, os maiores problemas para a família não se caracterizam nesta zona de meeiros, de parceiros, de arrendatários ou de assalariados rurais e sim nas zonas onde gera o conflito pelos problemas de terra. Nós, durante o mês de março, há dois meses atrás visitamos dentro do nosso esquema sindical, 47 municípios, todos eles na área sudoeste vindo para o Oeste do Paraná. Fizemos assembleia em quase todos e, o problema que nós tínhamos lá era somente um problema de legalização de terra. Esta Associação Brasileira que nós nos referimos, agrícola, há pouco presidida por um homem de uma idoneidade indiscutível, que é o agrônomo Dr. José Gomes da Silva, para quem não o conheço, ele foi o interventor da SUPRA no Governo Castelo Branco: coordenador da feitura do Estatuto da Terra e primeiro Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Este homem nós consideramos e particularmente eu uma das maiores autoridades do problema fundiário do Brasil: autoridade do problema de terras. E este homem é o Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária. A ABRA realizou, através de recorte de jornais dos maiores vespertinos nacionais, durante o primeiro dia de janeiro de 71, até o último dia de dezembro de 71, um apanhado na imprensa: qual o Estado Brasileiro em que se teria maior número de conflitos de terras. E, lamentavelmente para nós, com muito desgosto, cace ao Paraná o primeiro lugar nesta pesquisa. E o Estado em que mais se matou gente; mais viúvas; mais filhos desamparados; os casos dolorosos que acontecem no Sudoeste do Paraná, todos nós conhecemos.

E, completando ainda este nosso pensamento, temos uma indicação do Sindicato dos Pequenos Lavradores do Sudoeste não só do Sudoeste, porque não é só a região Sudoeste; são tantos Municípios do Paraná que hoje estamos encaminhando quatro requerimentos: dois deles endereçados ao Sr. Ministro da Agricultura e dois ao Sr. Presidente da República sobre o seguinte assunto.

Recentemente, tivemos pelo Presidente da República, um decreto em outubro do ano passado que coloca alguns Municípios do Paraná como área prioritária, para a reforma agrária; e isto fez com que inclusive aumentasse a tensão aqui no nosso Estado; porque o próprio decreto estabelece por uma intervenção do Governo Federal de 5 anos; então muitos proprietários queriam tirar os posseiros das suas propriedades, dentro do prazo para que lhe fosse antes do governo, entrar numa ação através do INCRA, porque ele pudesse garantir a terra.

Estamos fazendo vários levantamentos no Estado do Paraná. O primeiro que temos em mãos é da região de Matelândia, Medianeira, São Miguel do Oeste e Céu Azul. Fizemos esta região em primeiro lugar porque tivemos os conflitos que se desenrolaram no ano passado e no começo deste ano em Medianeira, na Fazenda Santa Helena, e o relatório dizia que os posseiros que residiam naquela área não tinham casa, não tinham d'nhêiro, absolutamente nada e eram intrusos.

Fizemos um levantamento não temos todas as fotografias porque alguns dos lavradores se viram obrigados a negar a serem fotografados e a fazer declarações, nem deixavam tirar fotografias de suas propriedades de medo de serem assassinados pelo pseudo dono da terra. Assim mesmo tiramos fotografias de vilas, de escolas com mais de cem crianças, de casas, de igrejas de pocilgas. Áreas de uma região imensa com mais de dois mil alqueires e, segundo palavras ditas a nós pelo Prefeito de Medianeira, esta área com 1.800 pessoas espera solução do Instituto Nacional de Colonização Agrária, que lamentavelmente está demorando a vir.

Passamos em março em Céu Azul e fizemos visita a nosso Sindicato onde estavam mais de 100 posseiros, alguns com os braços feridos a tiros, outros com o peito enfaixado com ferimento a faca pelos jagunços e outros com a cabeça enfaixada por terem levado tiros na cabeça.

Esta é a situação que predomina nos Municípios do Sudoeste do Paraná e não é em duas ou três cidades.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Lázaro Dumont, inicialmente quero cumprimentar V. Exa. pela maneira como sempre tem procurado defender os pequenos agricultores, através de sua palavra vibrante, por diversas vezes da Tribuna deste Poder Legislativo. Gostaria inicialmente que V. Exa. me informasse de quem é a responsabilidade na regulamentação do problema de terras que tantos prejuízos causa não só a estes pobres lavradores, mas também ao Estado do Paraná — se o governo do Estado ou se o governo federal.

Gostaria, nesta oportunidade, de encaminhar a V. Exa. um documento que me foi entregue pelo sr. Antonio Burdin, residente em Foz do Iguaçu o ex-Presidente da Câmara de Palotina relatório que encaminha ao Presidente da República e cujo título é "Invasões de terras no Oeste do Paraná na área prioritária após o decreto presidencial da reforma agrária". "O item 1.º, determina o cumprimento do Decreto Lei 4947, que até esta data não foi acatado, causando agitação rural, apesar de ser apoiado por todas as autoridades, principalmente autoridades do Exército Nacional com ampla divulgação escrita e falada, mas não posta em prática. O Decreto. Lei merece especial atenção para ser aplicado na área de reforma agrária". E vai por aí afora, numa série de considerações, este documento que encaminha ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça. Contou-me ainda um fato que é até difícil de se acreditar que aconteça no Paraná em pleno Século XX. Há poucos dias, num dos Municípios que V. Exa. mencionou, Matelândia, um grande proprietário do Estado de São Paulo adquiriu uma área muito vasta chegou lá com policiais, com homens do INCRA e muitos caminhões e expulsaram os posseiros de sua posse. E esses posseiros não tendo outra solução, encaminharam-se para o Paraguai.

Não sei se V. Exa. tem conhecimento disso. Mas, qualquer um de nós

sabe que atitudes assim muito prejudicam não só aqueles miseráveis homens que trabalham a terra, mas também ao Estado do Paraná.

Tomo a liberdade de encaminhar a V. Exa. um relatório que recebi e está assinado pelo autor que assume toda a responsabilidade pelo que diz.

O sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LAZARO DUMONT. — Antes de conceder aparte ao nobre Deputado Hélio Manfrinato, gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao nobre Deputado João Mansur, que me honrou com seu aparte.

V. Exa., nobre Deputado João Mansur, perguntou-se se a responsabilidade era do Governo Federal ou Estadual. Nós acreditamos ser do governo federal.

Na última semana de abril, quando estivemos com o Ministro de Agricultura, Sr. Cirne Lima, dissemos a S. Exa. desses problemas, desses mesmos problemas que o Estado do Paraná está vivendo e que são problemas relacionados com a terra. Nosso Estado é o Estado que mais ocupa as manchetes nacionais com referência a esse problema. E S. Exa. o sr. Ministro me disse essas palavras: "não podemos fazer mais nada para o Paraná". Foram essas as palavras de S. Exa. quando expusemos o problema de terras do Paraná.

Nós achamos que o INCRA deveria solucionar o problema. Inclusive, mantemos contato permanente com o pessoal do INCRA, temos grande consideração por ele. E o pessoal do INCRA nos alega o seguinte: o proprietário da terra entra em ação na Justiça. A Justiça concede a ação. E entra em despejo. E o INCRA contra a ação judiciária nada pode fazer.

Pois bem, apresentamos ao sr. Ministro de Agricultura uma sugestão que consideramos como a solução para o problema: quem está de posse da terra deve permanecer na terra. Quem estiver com cinco anos de posse da terra, com sua família e estiver explorando socialmente aquele pedaço de terra, deve permanecer lá. E o Governo, através do Instituto Nacional de Reforma Agrária entrega o título àquela pessoa. O que o INCRA deveria fazer, dizer: "briguem entre si, descubram quem é o proprietário e depois o INCRA dará a indenização a quem de direito. Porque esses posseiros não se negam a pagar ao proprietário da posse. O que está faltando é um pequeno arranjo por parte do órgão federal responsável por esses casos. Concedo o aparte ao Deputado Hélio Manfrinato.

O sr. Hélio Manfrinato — Quero parabenizar-me com V. Exa. pelo brilhante pronunciamento que está fazendo e também pelos dados estatísticos que V. Exa. nos apresentou. Mas, gostaria de perguntar a V. Exa., nobre Deputado, qual seria a posição do legítimo proprietário da terra onde se instalaram os posseiros? Tenho conhecimento de uma série de casos de proprietários, com escrituras legítimas e os posseiros lá se instalaram. Existe ainda na cidade de Cascavel, um cidadão que cria esse problema, vendendo uma só propriedade por diversas vezes, inclusive os cartórios forjando as escrituras. Então, qual seria o recurso, na Justiça do proprietário legítimo?

O SR. LAZARO DUMONT — Nobre Deputado Hélio Manfrinato, vou tentar responder. Não tenho condições de responder quanto ao aspecto legal, não sei se é legal ou não o que vou responder.

Se for constatado que determinado cartório está dando duas ou três escrituras, numa mesma propriedade, a duas ou três pessoas diferentes, apenas para receber subsídios maiores, acho que isso é caso de Polícia. Esse cartório deveria ser preso, deveria ser tomado o seu cartório e se meter o cidadão na cadeia.

No caso, por exemplo, de alguns proprietários, — porque a maioria nós sabemos, sofrem as consequências dos posseiros, — quando eles tem realmente a posse legítima de suas terras, e a maior parte não tem porque algumas terras, desde 1959 que vêm passando de proprietário a proprietário, sem que nenhum tenha aparecido para conhecer a propriedade, deve apelar para a Justiça para tirar o posseiro ilegalmente...

O sr. Hélio Manfrinato — Posso informar a V. Exa. e comprovar, que existe naquela região um proprietário, de uma propriedade só, com três escrituras, escrituras forjadas mesmo nos olhos da Polícia. Fala-se tanto em reforma agrária, que se está fazendo na divisa com Mato Grosso. Por que não se pega esses posseiros e se dá a eles um pedaço de terras, conforme prevê a reforma agrária, para que ele cultive? Isso viria solucionar o problema.

O SR. LAZARO DUMONT — Estamos encaminhando à Mesa um requerimento, solicitando providências do Ministro da Agricultura e do Presidente da República, e que diz exatamente isso: no dia 17 de abril, o Presidente da República sancionou um Decreto colocando as áreas consideradas pioneiras e as áreas de incentivo fiscal. Famílias que residem lá, que provem o cultivo da lavoura, não poderão ser despejadas, colocadas para fora da propriedade sem aviso prévio sem anuência do Ministério da Agricultura.

Esse requerimento que vou encaminhar à Mesa, é exatamente atendendo os posseiros, contra esses proprietários de terras que querem tirar os posseiros. Estamos defendendo os posseiros.

Pedimos ao sr. Presidente da República, que sejam colocados não só nas áreas pioneiras, mas nas áreas prioritárias da reforma agrária.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Com certa propriedade, — faço uma ressalva — V. Exa. aborda esse delicado assunto. V. Exa. citou aí o problema dos posseiros, que na legislação passada, quando era grave esse problema segundo pode se verificar nos Anais desta Casa, ocupei reiteradas vezes esta mesma Tribuna. Então, nobre Deputado, V. Exa. sugere que os proprietários sejam indenizados em benefício dos posseiros que lá estão.

Gostaria que o assunto fosse tratado com mais profundidade com mais delicadeza para que não se estimule o falso posseiro, porque temos dois tipos de posseiro.

O posseiro de boa fé que é aquele que, de acordo com a lei, possui cultura efetiva e moradia habitual. Esse é o posseiro que devemos defender.

O outro posseiro é aquele que faz a indústria da posse. São jagunços, profissionais que entram nas terras devolutas de "má fé" e formam essas rebeliões.

Portanto há dois tipos bem distintos.

Parabenizando-me com V. Exa. e, ao mesmo tempo, aconselhando-o peço que tome cuidado no sentido de se defender o posseiro de "boa fé" e não se estimule o posseiro de "má fé".

Tenho, nesta Legislatura, por várias vezes endeuasado, vamos dizer assim, o Governo Federal, mas também o tenho criticado. Há tempos atrás fiz uma denúncia muito grave quando existia o IBRA, que pode se encontrar nos Anais.

O Presidente de então do IBRA adquiriu um avião a jato para prestar serviços àquela entidade. Esse avião só operava em pistas de asfalto de

mais de mil e quinhentos metros e foi adquirido por preço superior ao preço comum. Sei disto porque na ocasião da compra daquele avião adquiri uma aeronave e possuía prospectos e preços de diversos aviões inclusive daquele adquirido pelo IBRA. O preço pago pelo IBRA foi fantástico.

Nessa ocasião critiquei, principalmente, a atitude do Presidente do IBRA e inclusive a do Governo da Revolução neste setor.

Este o aparte de solidariedade que desejo oferecer a V. Exa. sem dúvida nenhuma, o IBRA e o INCRA desde que surgiram so têm trazido confusão para os posseiros.

O caso do avião, que aqui critiquei, foi a maior marmelada do Governo da Revolução e até hoje não obtive uma resposta a respeito.

Parabenizando-nos com V. Exa., apenas o aconselhamos, neste aparte, no sentido de tomar cuidado relativamente ao problema de posseiros e indenização. Realmente, o posseiro de boa fé que tem direito adquirido merece todo o apoio de V. Exa. e de todos nós; mas aqueles que fazem a indústria da posse, os posseiros de má fé devem ser mandado para as grandes reservas que ainda temos neste País imenso.

Este o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. LAZARO DUMONT — Nobre Deputado Paulo Poli, infelizmente não tenho entendimento algum sobre aeronaves, não sei se houve ou não má fé na compra, ou se alguém levou alguma coisa.

Mas, dissemos há pouco, que eu, particularmente que se colocasse um prazo. Com isto, se daria a ele título definitivo. O nobre Deputado Ivo Tomazoni conhece muito bem a região do Sudoeste, sabe que muita gente que mora há 30, 40 anos no Sudoeste, está até hoje esperando o título de posse. Isto não é má fé, de maneira alguma!

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Lázaro Dumont, o meu aparte quase que perdeu a oportunidade, porquanto o nobre deputado Paulo Poli fez exatamente as observações que eu pretendia fazer.

Estou assim de pleno acordo com o Deputado Paulo Poli, quando ele afirma que há dois tipos de posseiros: aquele posseiro de boa fé, e o posseiro de má fé; aquele que tem quase um passado inteiro dedicado exclusivamente à chamada grilagem de terras — não é indústria da terra, é grilagem no duro, grilagem da terra.

De maneira que, acho que esta matéria é de uma importância extraordinária e que V. Exa., quando fez um apelo em que as autoridades deviam encontrar uma solução definitiva, isto talvez até seria muito bom porque viria dificultar novos grilos ou novas posses; nos temos conhecimento de famílias que começaram a obter alguma área de terra, há mais de 20, 18 15 anos, entretanto os títulos são de 10 a 12 anos, de elementos que nem lá foram, de homens que não conhecem a terra e que são proprietários. Isto sim, o Governo, o INCRA a própria Justiça deveria de botar um paradeiro e uma conclusão definitiva.

Mas, V. Exa. respondeu o aparte do Deputado Hélio Manfrinato, quando ele indagou sobre quando há um proprietário legal e que cuja área tem posseiros. V. Exa. respondeu que preferia ficar com o posseiro — gostaria que

V. Exa. considerasse essa sua posição, porque ficando sempre com o posseiro poderá não dar certo, porque antes de 1.964 havia política de diversificação de propriedades, que não logrou êxito. De forma que, a defesa que V. Exa. faz ao posseiro eu estou de pleno acordo com V. Exa. tem o nosso inteiro apoio, a nossa integral solidariedade, e tudo aquilo que V. Exa. entender que nós poderemos contribuir, conte conosco, para aquele posseiro realmente de boa fé.

O SR. LAZARO DUMONT — Quero dizer o seguinte: O Deputado Hélio Manfrinato diz estar de acordo com os verdadeiros proprietários de terras, mas também estamos de acordo com os verdadeiros posseiros.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa. a oportunidade que me dá, e quero, Deus permite que o seja, dar uma contribuição a este assunto que é de transcendental importância para o desenvolvimento, principalmente do Paraná.

Deputado Lázaro Dumont, dentre os requerimentos que V. Exa. aludiu, V. Exa. fez um apelo ao Governador do Estado, para que nomeie os representantes do Estado do Paraná, na Comissão Mista, Estado e União, encarregada de disciplinar a distribuição de porções de terras na área compreendida entre a faixa de segurança. Mas, observe, esta é a minha opinião pessoal, nós não vamos resolver o problema, nomeando os representantes do Paraná na COFFIPAR, que é a denominação que se dá a esta Comissão Mista. O que pretendemos no ano passado, era forçar, não coagir, mas, através de inúmeros apelos dirigidos ao Ministro da Justiça e mesmo à Casa Militar da Presidência da República, se pretendeu fazer com o Governo Federal mudasse os termos do Convênio firmado pelo Estado do Paraná com o Governo Federal, dando-se à COFFIPAR autoridade, quer dizer, capacidade decisória para resolver os problemas litigiosos de terras, na área citada, nos termos em que está posto o convênio.

A Coffipar não passa de uma mera Comissão, com capacidade limitada até para informação. Depois, a decisão é da cúpula, nunca vem. Nobre Deputado, o que nós precisamos fazer é valor as tentativas já feitas pelo Sr. Cel. Clovis Cunha Viana, Diretor do DGTC, que em várias incursões em Brasília procurou reformulação deste convênio. Parece-me que o Estado do Paraná foi infeliz e infrutíferas estas incursões e nós continuamos com a Coffipar desfalçada dos membros do Governo do Estado porque o próprio Sr. Pedro Parigot de Souza entende que seria responsabilidade do Paraná nomear seus representantes que não têm autoridade de decisão. Deputado. Concordo com V. Exa. e discordo do Deputado Pinto Dias quando ele diz que nós podíamos defender o proprietários de terras. Veja V. Exa. o que ocorreu em nossa região e V. Exa. mais do que eu sabe do problema de nossa região. Nem determinado Governo do Estado do Paraná, e nós não vamos aludir qual dos Governos, mas há uma década passada, no Paraná, se titulou terras por serviços de medição feitos aerofotogrametria. Então, o que é que aconteceu, determinados órgãos do DGTC fizeram o serviço de aerofotogrametria e verificadas as áreas de terras devolutas em cima da Mesa do DGTC, foi distribuída a terra em porções de 500 alqueires paulistas, 200, 250 e 300. Estas terras tituladas foram distribuídas para homens e mulheres do asfalto, parentes e apadrinhados dos governos da época e por incrível que pareça até mulheres de vida fácil desta Capital tiveram terras tituladas para si e vejam os Srs., os posseiros que ocupavam e que ocupam ainda aquelas terras desde os anos de 30, 35, 40 até hoje estão na Justiça gastando o dinheiro, fruto do trabalho diário da sua família, para explicarem a propriedade da terra. Graças a Deus o Presidente da República, Garrastazu Médici, e não vai aqui loas, foi o primeiro Presidente que editou um Decreto que é humano e que restringe o despejo das famílias indiscriminadamente, proíbe o despejo de posseiros da terra sem que se uso o Ministro da Agricultura. Pela pri-

meira vez no Brasil, sentimos um Governo humano no trato dos problemas da terra. Nós nos revoltamos quando se pretendeu dar validade a títulos que foram expedidos sem as limitações na área tenham sido objeto de medição cautelosa, e o que é pior, a Constituição manda que as terras sejam tituladas, aqueles que as ocupam mansa e pacificamente e dela tiram o sustento da sua família. Estes títulos já vieram originariamente nulos. É uma lastima que o complexo do nosso Poder Judiciário assim não entenda ou assim não possa determinar.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao Sr. Deputado Lázaro Dumont que restam apenas 5 minutos para conclusão do seu discurso.

O Sr. Ivo Tomazoni. — Obrigado. Peço que V. Exa. me perdoe o aparte tão longo que dei a V. Exa. Vou parar por aqui para ensinar a V. Exa. a conclusão do seu discurso e quero parabenizar-me com V. Exa., pois toda a luta que o homem hoje desenvolver em favor do posseiro, ela é meritória porque nós sabemos quanto deve o Paraná aqueles desbravadores do nosso sertão que até hoje não podem, tendo o título, não podem sequer se beneficiar dos estímulos que os estabelecimentos creditícios estão dando hoje já com tanta facilidade para os agricultores, porque eles nada tem em garantia e porque as famílias, os Bancos não aceitam como garantia. Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, Deputado Ivo Tomazoni. Dou o aparte ao Sr. Muggiati Filho.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, pretendendo ser breve e registrar nesse apoio ao discurso de V. Exa. quando pede providências de ordem administrativa ao Governo Federal. Realmente, há muitos setores agrários que demandam estas providências do Governo Federal, que assim não tem entendido. Inclusive, tivemos um problema que levamos ao conhecimento do Governo Federal e ele se manteve no seu entendimento, referentemente aos contratos agrários que são contraditórios aos entendimentos da Justiça comum. Mas gostaria de fazer uma ressalva, e se por acaso estou interpretando mal o discurso de V. Exa., me perdoe, porque por motivo de força maior cheguei tarde, cheguei na metade do seu discurso, e percebi que quer se jogar toda esta responsabilidade para o Governo Federal. Quer parecer-me mais plausível, de melhor ponderação, que se faça uma divisão de áreas neste sentido. Porque ao Governo Federal cabe responsabilidade exclusivamente pelas terras de domínio da União.

E como V. Exa. muito bem sabe disso, cabe ao Governo do Estado a responsabilidade nas terras de domínio do Estado. E ao Governo Federal, nas terras de domínio da União. Como percebi, V. Exa. acertou no seu discurso, percebi, que V. Exa. tem disciplinado as áreas de sua intervenção.

E no restante, acho também oportuno o pronunciamento de V. Exa. quando reclama providências judiciais porque, neste setor da Justiça, não se pode culpar aos homens também que dão cumprimento às suas atividades judiciais. Porque temos uma lei que está a exigir reformas que o Código Civil Brasileiro, já com um Anteprojeto em elaboração, e V. Exa. clamando da Tribuna que V. Exa. tão bem abrihante nesta tarde, por providências neste sentido, está ensinando também a que o Governo Federal também apresse e dê maior velocidade a este Anteprojeto que vem ao encontro do clamor público e social do Paraná, neste setor.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Lázaro Dumont, já que se fala em problema rural, quero dizer a V. Exa. que oportunamente nós vamos trazer e encaminhar também a V. Exa. uma denúncia, não seria talvez, bem uma denúncia, mas fotografias, mostrando que no Norte do Paraná ainda hoje, como o homem conquista a lua na área da tecnologia, ainda temos maus fazendeiros, ou fazendeiros de fachadas que só vão na fazenda na época da colheita, saber quantos sacos de arroz, feijão, ou de café, vão recolher e talvez eles pouco entendem de lavoura. E creia V. Exa., eles sacrificam tanto o miserável do empregado, que eles vivem realmente numa posição sub-humana. Nós temos fotografias que solicitamos, mostrando que ainda temos fazendas no Norte do Paraná, onde as casas são construídas de barro. Então veja V. Exa. por aí, que tratamento é dado ao nosso homem do campo, neste interior do Paraná.

O fazendeiro com sua vida confortável nos grandes centros de São Paulo e Rio, e o pobre trabalhador se sacrificando, com um dos salários mais baixos, e ainda a sua moradia é feita de barro, o que pode com isso, trazer uma série de doenças. Porque onde há casas de barro, temos a incidência do "bicho barbeiro", chuparça e etc..

Agradeço o nobre Deputado. E, no início do nosso pronunciamento, dissemos que no Paraná o índice salarial é inferior aos Estados do Nordeste Brasileiro.

Mas, para encerrar, gostaríamos de responder o seguinte ao Deputado Ivo Tomazoni, que nós também achamos a ação da COFFIPAR, paliativa. Mas existem 500 processos da COFFIPAR. E por isso estamos tentando resolver este problema sem trazê-lo aqui.

Para encerrar o que diz respeito à COFFIPAR, lerei um Requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, requer, mui respeitosamente, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugestão para que, quando da formação da Comissão Mista da COFFIPAR, os órgãos relacionados com problemas rurais do Estado do Paraná, sejam ampliados de 4 para 6, conforme segue:

- Governo do Estado do Paraná
 - INCRA
 - Assembléia Legislativa
 - Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP)
 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná — FETAEP.
 - Federação da Agricultura do Estado do Paraná — FAEP.
- Sala das Sessões, 17 de maio de 1972.
- (a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Todos os organismos citados na referida sugestão mantêm o mais restrito relacionamento, e são os maiores interessados na solução dos problemas referentes a posse e legalização de terras no Estado do Paraná, cujos problemas vêm se arrastando a tantos anos, sem que ainda se tenha encontrado uma solução satisfatória.

E, para terminar, o maior prejuízo que se causa, o maior sofrimento econômico de todos esses problemas de terra que nós tivemos a oportunidade de ouvir, de relatar, quem mais sofre não é o proprietário rural, nem o

posseiro; é o próprio Estado do Paraná que se empobrece cada vez mais. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avisos distribuídos aos Srs. Deputados.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 246-70, de autoria do Dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, Distrito de Santo Antônio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 253-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Guairacá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis de C.C.J. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 256-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Itaipua do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 5-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica transferido ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à de Iporã. — Pareceres favoráveis da C.C.P., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 247-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que cria os Conselhos Municipais de Turismo em Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 66-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada Municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 273-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 273-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A região de Umuarama está em franco desenvolvimento. A taxa do crescimento demográfico é verdadeiramente espantosa. Em consequência existe uma grande população em idade escolar. O setor das escolas de nível médio é o que mais reclama a mocidade, uma vez que é efetivamente, em nossos dias o primeiro degrau para a realização pessoal e para abrir as oportunidades aos homens de amanhã.

Estas são as razões que nos levaram a propor o presente plano de Lei, que cremos merecerá a aprovação dos nobres Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 273-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama.

P A R E C E R

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um estabelecimento de ensino;

ASPÉCTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

- a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;
- b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;
- c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;
- d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa mas sim, no mérito início público e oficial do equacionamento do problema sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

No nobre Deputado Candido Manoel Martins de Oliveira em seu brilhante parecer, dispois que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente; Igo Losso — Relator; Acyr José; Gilberto Carvalho, Candido Martins de Oliveira; Muggiati Filho; Sebastião Rodrigues Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria o Ginásio Estadual de Perobal, distrito de Umuarama.

PARECER

A matéria já devidamente argumentada, merece a aprovação desta Comissão, visto se tratar de criação de escola.

Sob o ponto de vista financeiro, não encontramos impedimento legal, pois trata-se de mera autorização.

Parecer favorável

Sala das Comissões, em agosto de 1971

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima — Fuad Nacli.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 273-70

PARECER

I — O Projeto de Lei em exame, objetiva a criação de um Ginásio Estadual em Perobal, no Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

II — O Deputado Wilson Fortes autor da Proposição, frisa na justificativa, que a taxa de crescimento demográfico da região é verdadeiramente espantosa, existindo uma grande população em idade escolar que clama por escolas de nível médio.

III — A iniciativa merece aplauso, pois visa preparar a juventude de hoje para assumir as responsabilidades no futuro.

Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) — Antonio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone M. Araujo — Relator

Alvaro Dias — Acyr José

O SR. PINTO DIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, com a devida vênia, gostaria que V. Exa. esclarecesse quais as Comissões que deram parecer favoráveis a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Comissão de Constituição de Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Instrução Pública.

O SR. PINTO DIAS — Agradeço, Sr. Presidente, e fico satisfeito com este esclarecimento. É que há uma reforma do ensino no País e que fala a respeito da criação de estabelecimentos de Ensino Médio.

Como os pareceres são favoráveis, votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Em votação. — **Aprovado.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 91-71, de autoria do Dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual no bairro

de Pinheirinho nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 91-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola".

Artigo 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba Orçamentária própria;

Artigo 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

a) Dep. Acyr José

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, a Capital Paranaense, como todo o Estado, atravessa um surto de desenvolvimento dos mais notáveis. Entre os bairros da Capital por sem dúvida, pela situação demográfica e topografia do terreno, o do Pinheirinho vem sendo o preferido para instalação de indústrias e residências, crescendo de forma impressionante o índice populacional, ao ponto da fácil constatação de um problema que se avoluma constantemente: O da falta de um Ginásio Estadual, para propiciar a centenas de crianças a oportunidade de aprimoramento cultural. O ginásio mais próximo dista cinco quilômetros, evidenciando-se a inconveniência de deslocação de crianças em percurso tão longo. A justificativa, inteiramente procedente, está a aconselhar a aprovação e sanção do Plano de Lei, no testemunho efetivo da preocupação e interesse do Poder Executivo pelos estudantes do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 91-71

Autor: Dep. Acyr José.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao grupo escolar "Professor João Loyola".

PARECER

I — O projeto está devidamente justificado demonstrando, pelo fato mesmo, a necessidade da criação do ginásio, pretendida.

II — É meta do atual governo a injeção de recursos, so sentido do maior desenvolvimento da Educação no Estado.

III — Não contraria disposições de ordem legal ou Constitucional.

Parecer favorável.

Sala das Reuniões, em 30 de junho de 1971.

Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Candido Martins de Oliveira — Sebastião R. Junior — Gilberto Carvalho — Armando Queiroz.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 91-71

I — Assinado pelo nobre Deputado Acyr José, a matéria em apreciação autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola".

II — Nosso Parecer é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Ovidio Franzoni — Fuad Nacli — Santos Lima.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 91-71

I — Propõe o nobre Deputado Acyr José, a criação de ginásio estadual, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital para funcionar junto ao Grupo Escolar "Professor João Loyola".

II — Já opinaram favoravelmente à aprovação do presente projeto as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

III — Igualmente pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em de setembro de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente — Arizone Araujo — Relator — Alvaro Dias — Acyr José.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 5-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 1-72, encaminhando anteprojeto de Lei que concede, abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os integrantes da P.M.E. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — em REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. Em votação.

MENSAGEM N. 1-72

Curitiba, 3 de abril de 1972.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder abono provisório ao funcionalismo civil e militar do Estado, e a moção de vencimentos aos Membros da Magistratura e Ministério Público, a partir da data que especifica.

Embora a mais recente elevação de vencimentos concedida ao funcionalismo não tenha ainda completado doze meses de vigência, o Governo do Estado, sensível às necessidades da classe, determinou fossem realizados estudos no sentido da atualização da retribuição do Servidor, atendendo aos índices de aumento do custo de vida e, obviamente, tendo por limite as disponibilidades financeiras.

Assim, o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa propondo melhoria inicial sob a forma de abono provisório, consubstancia o resultado do criterioso exame feito sobre a matéria, estando em perfeita consonância com a atual conjuntura financeira do Estado e em inteira harmonia com os preceitos constitucionais e legais específicos.

Deve, ainda, ser ressaltado nesta oportunidade, que com relação às despesas globais com pessoal cabe à Administração Pública tomar desde já, providências tendentes a permitir que o índice se mantenha em bases peren-

tuais que ofereçam o necessário equilíbrio conforme determinam os preceitos contidos nos artigos 64 da Carta Magna da Nação e 34 da Constituição do Estado.

MENSAGEM N.º 1-72

Ademais, vale esclarecer que a medida ora proposta não poderá, pela forma em que está lançada, constituir-se obstáculo à implantação da paridade de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes pois, essa implantação continuará sendo devidamente estudada, para efetivar-se o mais brevemente possível, dependendo necessariamente do comportamento da receita pública.

Merece ainda destaque especial o fato de que o Governo do Estado vem acompanhando a implantação da nova política de pessoal no âmbito do Governo Federal e de outros Estados da União, no sentido da valorização e profissionalização da função pública, mediante a implantação de moderna e adequada sistemática de reavaliação de cargos e funções, cujos estudos preliminares na área da Administração Estadual, já estão sendo efetivados pelos órgãos competentes, estudos esses que poderão ensejar, em futuro próximo uma nova e melhor situação para o servidor público do Estado do Paraná.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 5-72

MENSAGEM N. 1-72

Art. 1.º — Fica concedido, a partir de 1.º de maio de 1972, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e ainda, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, um abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972.

Art. 3.º — O abono provisório e majoração de que trata esta lei, aplicam-se na mesma proporção e vigência, ao respectivo pessoal inativo e em disponibilidade.

Parágrafo Único — Na aplicação do disposto neste artigo, será obedecido o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 5.º — Para a fiel execução do disposto nesta lei, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto fazendo publicar as tabelas dela decorrentes.

Art. 6.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N. 15-72

Curitiba, 26 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Em aditamento a Mensagem n. 1-72, de 3 de abril do corrente ano, que encaminhou a essa Augusta Assembléia Legislativa anteprojeto de lei dispondo sobre concessão de abono ao funcionalismo civil e militar do Estado a majoração de vencimentos aos Membros da Magistratura e do Ministério Público, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que a redação do artigo 2.º, do citado anteprojeto, seja substituída pela que segue:

“Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972”.

A Mensagem aditiva ora formulada se faz oportuna e necessária, tendo em vista que, suprimindo omissão havida, dever-se-á incluir nas disposições do artigo 2.º, do questionado Plano de Lei expressa referência de que os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e, bem assim, o Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são da mesma forma que os Membros do Ministério Público, abrangidos pela majoração concedida a Magistratura.

A alteração proposta justifica-se face os preceitos contidos nos parágrafos 3.º e seguintes, do art. 41, da Constituição Estadual, que asseguram aos já mencionados Conselheiros, Auditores e Procuradores, as mesmas garantias e prerrogativas atribuídas aos Desembargadores e, também, pelo fato de que as majorações aos vencimentos da Magistratura não mais se estendem automaticamente àqueles cargos da Corte Estadual de Contas, como ocorria anteriormente ao advento da Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971.

Certo de que a alteração proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 5-72

SUMULA: Concede abono provisório, de 12% (doze por cento), ao funcionalismo estadual.

AUTOR: Poder Executivo.

PARECER

As Mensagens Governamentais n.ºs 1-72 e 15-72, submetem a este Poder a concessão de abono provisória de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, ao funcionalismo estadual, civil e militar, extensivo ao pessoal inativo e em disponibilidade para vigorar a partir de 1.º de maio.

Referidos documentos procedentes do Executivo atribuem idêntica percentagem à Magistratura, Ministério Público, Conselheiros e Auditores do

Tribunal de Contas, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, porém a título de aumento de vencimentos.

Está prevista, ainda, a providência de natureza orçamentária para suportar o acréscimo das despesas resultantes dos benefícios propostos.

A proposição é esboçada tanto formal como jurídica e constitucionalmente.

Os requisitos da lei, quanto aos elementos que a constituem, bem assim quanto à iniciativa e oportunidade estão conforme às exigências e imperativos da Constituição.

Vale ressaltar o realismo das Mensagens na fixação do “quantum” do benefício, que o situou a meio caminho entre as necessidades do pessoal e as possibilidades concretas do erário.

Opina pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente; Ovidio Franzoni — Relator — Santos Lima, Cândido Martins de Oliveira; Luiz R. Soares, Emilio Carazzai, Maurício Fruet.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

As Mensagens Governamentais n.ºs 1-72 e 15-72 que objetivam conceder abono provisório ao funcionalismo civil e militar do Estado e a majoração de vencimentos aos Membros da Magistratura e Ministério Público, foram criteriosamente propostas particularmente levando-se em consideração os limites das disponibilidades financeiras do erário.

Como bem acentua em seu texto, a Mensagem, propõe uma melhoria inicial aos proventos dos Servidores do nosso Estado, não constituindo obstáculo à implantação da paridade de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes que será efetivada assim que o comportamento da receita o permita.

Por esses motivos, somos de parecer que o Projeto de Lei n. 5-72, está em condições de ser discutido e votado.

Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacii — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt — João Fadel — Antonio L. Junior — Antonio Belinati — (contrário).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para encaminhar a votação) peço a palavra sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme já havíamos fixado nossa posição no encaminhamento desta Mensagem do sr. Governador do Estado, queremos aqui que seja consignado na Ata o nosso voto contrário à Mensagem do Sr. Governador, não por entendermos que o funcionário não mereça esta elevação, mas, conforme já dissemos anteriormente houve um desagrado quase que total entre os servidores públicos do Estado.

Entendo que este abono não satisfaz as necessidades dos servidores públicos, no encaminhamento da votação reafirmo nossa posição contrária a este abono que não traz maiores benefícios em virtude da alta constante do custo de vida.

Foi uma grande decepção para os servidores e, a exemplo de nosso voto na Comissão de Finanças, votamos contrariamente à Mensagem.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 9-72, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova contas do Senhor Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 1970. — Parecer favorável da C.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos da Constituição Estadual, aprovou e eu promulgo o seguinte:

Art. Único — São aprovadas as contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) — Deputado Paulo Poli — Presidente e Relator.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ PROPOSIÇÃO N. 16-71

Ofício n. 219-71 — Gab.

Curitiba, 24 de março de 1971.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso processo protocolado sob n.º 1606-71-TC, pelo qual o Senhor Governador do Estado encaminhou o Balanço Geral e as contas do exercício econômico e financeiro de 1970, atendendo imperativo constitucional.

Este Tribunal, conforme Resolução n.º 759-71-TC, deu o Parecer Prévio pela aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência, em anexo o Relatório correspondente às atividades deste Órgão no exercício de 1970.

Nesta oportunidade renovo a Vossa Excelência as expressões de alto e distinguido apreço.

a) — Raul Viana — Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Fortes,

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
N/CAPITAL.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N. 16-71

SUMULA: Relatório e parecer final sobre o Balanço Geral do Estado do exercício de 1970.

Abra o presente processo o Ofício n.º 14-71, de 22 de janeiro de 1971 de S. Excia. o Governador Paulo Cruz Pimentel que, em cumprimento ao disposto pelos artigos 38, § 2.º e 49, item 15 da Constituição Estadual então vigente apresenta em tempo hábil e na forma da lei, as contas referentes ao exercício econômico e financeiro, cujo processo unificado constitui o Balanço Geral do Estado de 1970.

A esta Augusta Casa chega o processo referido, pelo encaminhamento do Ofício n.º 219/71, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, onde, ainda em atendimento a preceito constitucional, foi devidamente examinado e, por fim mereceu parecer.

Consubstanciado na Resolução n.º 759/71 daquele egrégia Corte de Contas, esse parecer, constituído de relatório expositivo e profundo exame contábil, como bem atestam os gráficos que ilustram as suas 26 páginas, recomenda, pelo voto unânime dos seus conselheiros, a aprovação das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Do exame do processo verificamos que a Lei Orçamentária 6.042, de 19 de novembro de 1969, aprovada por esta Casa, estimou para o exercício de 1970, a Receita e a Despesa em Cr\$ 1.117.771.625,00 (hum bilhão, cento e dezessete milhões setecentos e setenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco cruzeiros).

Os elementos processuais, entretanto, nos informam que a Receita atingiu apenas Cr\$ 875.980.229,23 (oitocentos e setenta e cinco milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e vinte e nove cruzeiros e vinte e três centavos), alcançando um percentual de 78,37% sobre a previsão orçamentária.

O comportamento da Receita, durante o exercício, pode ser demonstrado com o quadro abaixo:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	714.301.349,72	81,54%
Receita Patrimonial	26.686.711,87	3,05%
Receita Industrial	223.382,60	0,03%
Transferências Correntes	16.707.464,31	1,91%
Receitas Diversas	16.407.422,74	7,87%
Receitas de Capital	101.653.897,99	11,60%
	875.980.229,23	100,00%

DA DESPESA

Ao examinarmos a Lei de Meios vamos verificar que foi fixada para o exercício uma despesa de Cr\$ 1.117.771.625,00 (Hum bilhão, cento e dezessete milhões, setecentos e setenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco cruzeiros), mas os demonstrativos da presente prestação nos indicam que a despesa realmente efetivada, graças ao plano de racionalidade de aplicação da administração, foi de Cr\$ 926.444.796,91 (Novecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros e noventa e um centavos), em face do que constatamos uma diferença para menos de Cr\$ 191.326.828,09 (Cento e noventa e um milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros e nove centavos), com a seguinte distribuição orçamentária:

Código	Fixada	Realizada	
Despesas Correntes	683.329.419,00	610.745.403,30	72.584.015,70
Custeio	459.986.626,00	428.181.750,01	31.804.875,99
Transferências	223.342.793,00	182.563.653,29	40.779.139,71
Despesas de Capital	434.442.206,00	315.699.393,61	118.742.812,39
Investimentos	26.524.268,00	41.160.847,31	14.636.579,31
Inversões	129.532.000,00	65.623.871,17	63.908.128,83
Transferências	278.385.938,00	208.914.675,13	69.471.262,87
Total	1.117.771.625,00	926.444.796,91	191.326.828,09

BALANÇO PATRIMONIAL

Na verificação do Balanço Patrimonial, observamos as alterações representadas pelos valores ativo e passivo ocorridos na execução orçamentária, refletindo os atos e os fatos administrativos no curso do exercício. Os gráficos que ilustram o processo nos revelam, os resultados líquidos dos Balanços Financeiro e Permanente, com o seguinte resultado efetivamente alcançado no exercício:

Ativo Permanente Líquido	505.117.316,79	
Passivo Financeiro		186.910.886,02
Ativo Real Líquido em 31-12-1970		318.206.430,77
	505.117.316,79	505.117.316,79

Se considerarmos os resultados acima em relação aos obtidos no exercício de 1969, quando o Ativo Real Líquido atingiu Cr\$ 327.700.420,99 (Trezentos e vinte e sete milhões, setecentos mil e quatrocentos e vinte cruzeiros e noventa e nove centavos), para um Passivo Financeiro de Cr\$ 136.446.318,43 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e trezentos e dezesseis cruzeiros e trinta e quatro centavos), poderemos constatar que se registrou um índice favorável de evolução na situação econômica e financeira do Estado. É que, na realidade, se registrou uma melhora de exigibilidade, já que em 31-12-1969 a confrontação do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro estava a demonstrar que, para cada Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) de exigibilidade, o Estado tinha apenas Cr\$ 0,36 (Trinta e seis centavos) de disponibilidade, enquanto o Balanço atual apresenta o Estado com uma disponibilidade de Cr\$ 0,49 (Quarenta e nove centavos) para cada Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) de exigibilidade, conforme os números contidos no comparativo da situação econômica com a situação financeira, e que podem ser assim equacionados:

186.387.406,60 — 0,49

373.294.292,62

Essa evolução retrata o Estado encaminhado, evidentemente que pelos resultados de uma administração criteriosa e eficiente, para a tão almejada situação ideal.

O PARECER

Em síntese, a apreciação minuciosa do Balanço Geral do Estado, nos faz constatar que os dinheiros públicos foram geridos com lisura durante o exercício de 1970 e que, nesse mesmo período, a administração estadual, não obstante a impossibilidade de evitar o déficit financeiro, elemento que já não assusta os modernos exegetas das contas públicas por se diluir no salutar princípio do necessário e útil investimento, se preocupou em aplicar o máximo possível em obras de interesse coletivo, sem nunca desatender as necessidades permanentes do Estado assim como o pessoal que para o Estado trabalha. Em outras palavras, é possível afirmar que o equilíbrio orçamentário foi contrabalançado pela aplicação racionalizada dos bens públicos.

Em razão disso, tendo em vista tudo o que consta do processo e considerando os minuciosos exames realizados pelas diretorias competentes, pela Assessoria Técnica pela Procuradoria do Estado e pelo plenário do Tribunal de Contas e que resultaram no parecer favorável que acompanha a aludida prestação, concluímos que as contas do exercício de 1970 estão inteiramente regulares e, na forma do projeto de resolução anexo, somos de PARECER pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972

aa) — Paulo Poli — Presidente e Relator

Maurício Fruet

Franco Escorsin

Leopoldo Jacomet

Aguiinaldo Pereira Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestões ao Sr. Governador do Estado, no sentido de quando formada a Comissão Mista da COFFIPAR, os órgãos relacionados com problemas rurais, sejam ampliados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje do requerimento n.º 7/16, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli e outros, tendo em vista a reunião da Bancada da Arena, marcada para amanhã.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem). Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a votação para a sessão de amanhã.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE — Quero esclarecer aos Srs. Deputados que está anexado ao requerimento do Deputado Paulo Poli outro do Deputado, Fuad Nacli. Se aprovado o requerimento do Deputado Paulo Poli "ipso facto" retirariamos da pauta a discussão do requerimento do Deputado Fuad Nacli.

O Deputado Fuad Nacli, pede para discutir o requerimento e não sei qual a alternativa a não ser transferir a discussão. Não obstante, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO POLI — Neste caso, Sr. Presidente, meu requerimento tem amparo regimental e se não for discutido hoje será prejudicado. A não ser que sejam transferidos os dois requerimentos para amanhã.

O SR. PRESIDENTE — O Regimento não permite a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, somente votação, baseado no Artigo n.º 134, § 3.º. E respeitando o Regimento desta Casa, então, colocaremos em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento que pede adiamento que se conservem como estão. — **Aprovado.** Em consequência, fica transferida para amanhã, a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado moção de apoio ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pela posição adotada por este, para solucionar a lamentável crise surgida no Grupo Escolar Cruz do Pilarzinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja nomeada com urgência uma Comissão para a COFFIPAR. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no intuito de ser dado atendimento prorrogação do prazo de validade do concurso de magistério primário que inspira no 22 próximo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que sejam incluídos no Decreto 69.411 de 22.10.1971, quando da criação de zona prioritária para fins de Reforma Agrária no Estado do Paraná, — novos Municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja acrescido nova redação no artigo 1.º do Decreto n.º 70.430 de 17 de abril de 1972. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Osny Tapalipa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja enviado pedido de informações ao Secretário dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando o comparecimento do Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda a este Plenário. — **Em votação.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mantivemos, há pouco, entendimentos com o Sr. Deputado João Mansur, digno Líder da Maioria e S. Exa. nos adiantava que o Sr. Secretário da Fazenda deveria comparecer à Assembleia Legislativa, a contar de hoje, até o próximo dia 10 de junho. O objetivo da vinda a esta Casa do Sr. Secretário da Fazenda, prende-se, exatamente, ao que nós expusemos no requerimento, ou seja aqui comparece fala da situação financeira do Estado e também daquilo que o Estado vem executando, o plano de obras do Governo Parigot de Souza.

Diante da palavra do Sr. Deputado João Mansur e considerando que a visita está ligada ao texto de nosso requerimento, nós vamos propor que esse nosso requerimento seja retirado da pauta, em confiança, certos de que aqui virá o Sr. Secretário.

O que se comenta pelas ruas, é de que o nosso Paraná estaria semi-paralisado, teria perdido aquele seu impulso de desenvolvimento. Estão sendo reclamados hospitais, estradas, eletrificação, enfim vários setores que estão aguardando a presença da máquina governamental.

Tenho, em que pesem esses comentários, a afirmação por parte do Governo, de que o Paraná não parou, muito pelo contrário, está em franco desenvolvimento. Diante dessa afirmativa dos homens do Governo daremos um crédito de confiança, retirando nosso requerimento e aguardando, conforme a palavra do Sr. Deputado João Mansur, que aqui venha o Sr. Secretário da Fazenda, homem que programa, que tem todo controle do Paraná, para que ele possa dizer, já que se alega que o Paraná terá um grande déficit orçamentário para que ele diga aqui, no Plenário, qual a destinação que vem sendo dada ao dinheiro arrecadado pelo Paraná.

Portanto, de acordo com esse entendimento com o prezado líder João Mansur, propomos a retirada do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Retirado o requerimento do nobre Deputado Antônio Belinati.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer ao nobre Deputado Antônio Belinati, pela sua compreensão e reafirmo, agora de público, a toda esta Casa, o que eu havia dito ao Deputado Belinati no início da sessão. Ainda ontem, Sr. Presidente, assistimos uma conferência proferida pelo Secretário da Fazenda sr. Maurício Schulmann, onde S. Exa. fez uma exposição, aos estagiários do Paraná, da situação financeira e econômica de nosso Estado.

Nessa mesma oportunidade, levei a S. Exa. a preocupação de todos os Srs. Deputados, no sentido de saber da real situação econômica de nosso Estado. Quero reafirmar que S. Exa. está à disposição desta Casa.

Irei, ainda hoje, entrar em contato com a Comissão Executiva do Legislativo do Paraná, no sentido de que se formule um convite, em dia e hora por ele designado, para prestar todos os esclarecimentos, trazendo aos Deputados e ao povo de modo geral, as informações sobre a situação financeira e econômica do Paraná.

Agradeço ao Deputado Antônio Belinati, pela sua compreensão e espírito público. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 247-70 e 66-71
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 273-70 91-71, 5-72, 9-72;
- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 2-72, 4-72 e do Projeto de Lei n.º 9-72.

A Presidência designa para sexta-feira, dia 19, às 10,00 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 167-70, 171-70, 217-70, 279-70, 319-70, 171-71, 193-71, 211-71 e 259-71 e do Projeto de Resolução n.º 20-71.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 159/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Lotar Zildete Teixeira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 161/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob n.º 3.166, de 03 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — Revogar a Portaria n.º 189/71, de 19 de março de 1.971, que designou

Ricardo Saboia Khury, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Odilon Reinhardt.

II — Lotar o funcionário acima citado no Serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 162/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob n.º 3.398, de 15 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Lucy Mello Keinert, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento, a partir de 15 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 163/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob n.º 3.353, de 15 de maio de 1.972, deste Poder

RESOLVE:

conceder a Lindamir Gonçalves Borghonovo, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 15 de maio de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 164/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3171, de 09 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 447/71, de 16 de agosto de 1971, que designou Nevinha Piazza Cardoso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços junto ao Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont;

II — lotar a citada funcionária no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 165/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.172, de 09 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Lotar, Valdomira Demeterco, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Biblioteca.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1.972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral